



ATA

Sessão Ordinária de Junho – 30JUN2023

N.º 20/2021-2025

Assembleia Municipal

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavo

ami@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 627

NIPC: 506 920 887

Aos 30 dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, a Assembleia Municipal de Ílhavo reuniu em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, secretariada pelo Primeiro Secretário, Pedro José Catarino Senos Troia, e pela Segunda Secretária, Irene Maria Ribau Esteves Tavares, contando com a presença dos seguintes Membros, diretamente eleitos: pelo Grupo Municipal do **Partido Social Democrata**, António José Flor Agostinho, André Filipe Casqueira Guimarães, Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves e Sara Marina Tomé Fernandes; pelo Grupo Municipal do Movimento Independente de Cidadãos '**Unir Para Fazer**', José Manuel Figueiredo Pinto Reis, Ana Raquel Gomes São Marcos Simões, Pedro Miguel Cristo Graça, Ernesto Manuel Vidal Garrelhas, Daniela Ribeiro Alegria e Mariana Silva Lopes; pelo Grupo Municipal do **Partido Socialista**, Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo, António Pedro Oliveira Martins, Diana Catarina Anastácio Gandarinho e Domingos Manuel Ferreira Vilarinho; e pelo Grupo Municipal do Partido **CHEGA**, Sérgio Louro.

Estiveram igualmente presentes os seguintes Membros por inerência de função enquanto **Presidentes de Junta de Freguesia**: Luis Carlos Cardoso Diamantino (Freguesia da Gafanha do Carmo), Augusto Manuel da Rocha da Silva (Freguesia da Gafanha da Encarnação) e João Eduardo Bonito Braga (Freguesia de São Salvador).

Pela **Câmara Municipal de Ílhavo** estiveram presentes o Presidente da Câmara, João António Filipe Campolargo, o Vice-presidente, João Diogo da Silva Semedo; e os Vereadores, Assunção Mariana Carlos Ramos, Maria de Fátima Fragoso Teles, Paulo Sérgio Ferreira Nunes, Tiago Manuel Morais Lourenço e Sérgio Manuel de Jesus Lopes.

Justificadas as respetivas faltas pelo Presidente da Assembleia Municipal: no Grupo Municipal do PSD, a eleita Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário foi substituída pelo 5.º sucedâneo na lista, Ricardo Daniel Ramos Mendes, confirmadas e justificadas as ausências dos sucedâneos Nuno Fernando Ruiva Monteiro Cardoso, Carlos Pedro da Silva Coelho Ferreira e Maria Cláudia Sousa Dias Alves da Cunha; no Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer', a eleita Cláudia Cristina Fernandes Reigota foi substituída pelo segundo sucedâneo da lista Rui Manuel da Rocha Rufino; No Grupo Municipal do PS, o eleito Manuel Modesto dos Santos foi substituído pela 4.ª sucedânea da lista, Sónia Alexandra Fernandes Gomes, confirmadas e justificadas as ausências dos sucedâneos Carla Maria Madaíl Gandra Santos, Mariana Alvelos Silva e Alfredo Joaquim Alves de Sousa. O Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, Carlos António Rocha foi substituído pelo Secretário da Junta de Freguesia, José Arvins.

Os trabalhos desta Sessão Ordinária repartiram-se pelos seguintes pontos da Ordem do Dia:

Ponto 1. "**Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 16MAR2023 a 31MAI2023**". Ato deliberativo: apreciação.

Ponto 2. "**Prestação de serviços para recolha e transporte a destino final adequado de Resíduos Urbanos, fornecimento, manutenção e lavagem de equipamento, limpeza pública e gestão do Ecocentro no Município de Ílhavo - Serviços imprevisíveis**". Ato deliberativo: aprovação.

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte a gravação vídeo)
Às 21h00, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Presenças / Quórum

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (08':48")

«Minhas Senhoras e Meus Senhores, boa noite, peço que. Tomem os vossos lugares para dar início aos trabalhos. Dou como iniciada a Sessão Ordinária de Junho de 2023. Vou começar por dar a palavra à nossa segunda Secretária para que proceda à chamada.»

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata. (09':31")

Aprovação das Atas

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (11':22")

«Vamos então proceder à aprovação das Atas 17, 18 e 19, referentes às três reuniões da Sessão Ordinária de Abril. Dar nota, para que não haja qualquer conflitualidade legal e processual, que apenas se devem pronunciar os membros da Assembleia que estiveram presentes nas respetivas reuniões.

Coloco, então, a ata número 17, referente à reunião de 28 de abril de 2023, a provação.

Quem vota contra? Quem se abstém? Ata número 17 foi **aprovada por unanimidade**.

Vamos então agora colocar a votação a Ata número 18, da reunião de 5 de maio de 2023.

Quem vota contra? Quem se abstém? **Aprovada por unanimidade**.

E, por último, a ata 19, da reunião de 12 de maio de 2023.

Muito bem, Pedro Cristo. Faz favor.»

Pedro Cristo Graça, UPF: (56':25")

«É uma questão técnica, mas é importante para o conteúdo.

Em determinada altura, na página 12 da ata, na minha intervenção, no quinto parágrafo, onde referia, numa intervenção a seguir a uma intervenção do Sérgio Louro, em que eu dizia que «é só para dizer que se fosse alguém do PS a fazer uma intervenção que não tivesse nada a ver com o ponto, com certeza absoluta, conforme toda a bancada fez, tal e tal e tal... se levantaria. Não foi isso que eu disse. Li e revi, a 1 hora e 16 minutos, da gravação, foi UPF e não PS.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (13':45")

«Muito obrigado, Pedro. Vamos proceder a essa a essa retificação.

Sérgio, por favor. Obrigado, Sérgio. Vamos então proceder a essas alterações.

A Mesa e o núcleo de apoio pedem desculpa por estas situações menos corretas.

Muito bem, considerando estas alterações, vamos então proceder à votação da ata número 19 da reunião de 12 de maio de 2023.

Quem vota contra? Quem se abstém? Muito bem ata número 19 foi aprovada **por unanimidade**. Muito obrigado.»

Expediente

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (15':37")

«Relativamente ao expediente, no que respeita à correspondência os serviços de apoio à Assembleia Municipal rececionaram, entre maio e junho, diversa comunicação da qual destaco:

- os convites dirigidos ao Presidente da Mesa da Assembleia para representação protocolar da Assembleia Municipal, do Executivo Municipal, de várias associações e entidades públicas, aceites dentro da disponibilidade possível;
- diversos contactos com o Senhor Presidente da Câmara Municipal e o seu gabinete da Presidência com o processo Regulamento Geral de proteção de Dados (RGP);
- aviso de abertura do processo de candidaturas ao prémio da ANAM, para o qual estamos a preparar a candidatura da Assembleia Municipal Jovem;
- por último, a comunicação da primeira sucedânea na lista de candidaturas do grupo Municipal do Partido Socialista Carla Madail. Apesar de não dar lugar a qualquer procedimento formal, a Carla Madeira comunicou a sua renúncia ao lugar de sucedânea na

lista de candidatos do Partido Socialista por e por uma questão de defesa de privacidade, digamos, por motivos pessoais.»

Período de Intervenção do Público

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (16':41")

«Daria agora início ao Período de Intervenção do Público. Não sei se existe algum munícipe que pretenda intervir. Temos um munícipe.

Este período tem um limite de 5 minutos, no máximo, por intervenção. Solicita-se que a mesma se centre sobre assuntos diretamente relacionados com a vida municipal e que seja apresentado de forma mais sucinta possível. Além disso, no âmbito da transmissão em direto e por força do Regulamento Geral da Proteção de Dados, é importante para a defesa de todos que tenha sido dado consentimento formal, através do preenchimento do novo impresso do Anexo 1 do Regulamento de transmissões.

Convido então a dirigir-se aqui abaixo, ao púlpito.»

Do Público

Munícipe, Paulo Macedo: (18':23")

«Boa noite a todos. Eu venho aqui expor uma situação que é no mínimo surreal.

Eu coloquei uma situação à Câmara Municipal de Ílhavo fez, no dia 28, 2 anos. 2 anos.

O que se passa é o seguinte. Eu tenho um terreno na rua do Alqueidão. À volta do meu terreno existe uma área que é do Município. Entretanto, essa área está completamente abandonada e eu entendi que faria todo o sentido contactar a Câmara Municipal no sentido de se acertarem as áreas para que o aspeto que neste momento lá está, do terreno, pudesse ser alterado e que eu também pudesse aumentar a área do lote que lá tenho. Falei com o meu vizinho do lado, que está exatamente na mesma situação que eu, e ele disse que era uma excelente ideia, porque depois iríamos ficar ali com uma área muito feia entre o jardim e os nossos lados.

Solicitei uma reunião com a arquiteta Noémia, no passado dia 28 de junho de 2021.

Expus a situação. Entretanto paguei uma taxa que é normal para este tipo de situações, e fui aguardando. O tempo foi passando, fui enviando vários e-mails a questionar, a perguntar... não há respostas, não há respostas. Passados 4 meses falei com o sr. Presidente e ele disse-me que iria pedir o processo para perceber o que é que se está a passar. E que me ia chamar. E, sim senhora, fiquei à espera.

Estas trocas de e-mails foram num fim de semana; entretanto, passou a semana toda e o senhor Presidente nem uma palavra disse. Curiosamente, até nos cruzámos num evento que houve ali perto do Jardim, em Ílhavo, numa sexta-feira e eu fiquei completamente de boca aberta como é que tinha sido possível ter passado uma semana e nem uma palavra ele me ter dito. Mesmo dizendo que me ia chamar para resolver esta situação.

Continuei à espera. Entretanto, 5 meses depois do pedido, recebo um e-mail da arquiteta Noémia a pedir desculpa pelo atraso.

Passado mais 1 mês, ou seja, 7 meses depois do pedido, recebo um e-mail a dizer que iam fazer o levantamento e a avaliação. Ou seja, uma coisa que era a Câmara Municipal, que até tem os seus técnicos, chegar lá, fazer a medição, conforme fizeram, dar os elementos à Câmara são x metros quadrados, está aqui, fazer o valor e resolver a situação.

Passado mais 1 mês e meio enviam então as medições do terreno.

11 meses depois do meu pedido, enviam-me uma carta com uma proposta. Eu e o meu vizinho reclamámos. Aliás, todo este processo foi tratado comigo e com meu vizinho ao mesmo tempo. Exatamente igual. Reclamámos do valor e, passados 2 meses, enviam-me um pedido de contraproposta. A solicitei um encontro com o Vice-Presidente... não, primeiro com o Presidente, uma dificuldade tremenda.

Aliás, eu não consigo perceber como é que uma Autarquia - eu vejo os membros da Autarquia como sendo membros de proximidade da comunidade - eu não entendo como é que é possível estar 2 meses à espera de uma reunião com o Presidente ou estar 2 meses à espera de uma reunião com um Vereador. Isso para mim é surreal. Quando me disseram que o Vice-presidente recebia uma tarde ou uma manhã por semana, isso para mim é absurdo. Mas pronto, é o meu ponto de vista.

Eu vivo num país em que se eu quero falar com o Ministro no máximo dos máximos demoro 2 semanas. Um Presidente de Câmara? Numa semana sou recebido em qualquer lado. Aqui, as pessoas, não sei, parece que são muito importantes. Não sei, têm sempre agendas muito complicadas, Avante. Isto é uma situação, como já perceberam, mexe bastante comigo. Entretanto, depois de ter estado com o engenheiro João Semedo, com quem tive uma conversa, uma conversa bastante cordial, até abordámos outro tipo de assuntos na nessa mesma reunião, ele disse-me então para fazer uma contraproposta do terreno.

Nisto, o meu vizinho já tinha tido a reunião com ele e já tinham abordado o mesmo assunto. O meu vizinho fez uma contraproposta e a Câmara respondeu-lhe em função disso. Tratando-se de uma mesma situação, ou seja, a Câmara não vai atribuir, para o mesmo terreno, valores diferentes para a mesma coisa. Isso é completamente absurdo.

Entretanto caem no ridículo. Eu, que iniciei todo este processo, fazem escritura com meu vizinho e eu continuo à espera. Continuí a mandar e-mails para a Câmara. Neste caso, para um e-mail 'compras' da Câmara. Nem resposta me deram, e isso para mim é uma coisa que é, acima de tudo, é má educação e falta de respeito para com as pessoas. Nem resposta me deram.

Continuo a enviar a e-mails, sem resposta. Enviei um WhatsApp ao vereador João Semedo, que teve 3 dias, 3 dias, para o abrir... e só abriu porque eu lhe mandei um e-mail agressivo porque considerava uma falta de respeito. Ele está permanentemente naquela rede social que é, para mim, um instrumento de trabalho.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (23':26")

«Vai ter que concluir, Paulo. Por favor.»

Do Público

Munícipe, Paulo Macedo: (23':28")

«Está bem, é só para terminar mesmo.

Entretanto, eu tive cuidado de fazer, de pedir, de mandar para aqui os e-mails, as trocas de e-mails e eu gostava que me dessem uma explicação. Porque é que esta situação até agora não está resolvida? Isto é absolutamente lamentável. Não precisamos de pessoas assim. Obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (23':44")

«Muito obrigado, Paulo Macedo. Não há mais inscrições do público? Muito bem. Senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (23':57")

«Esta situação que o senhor munícipe apresenta é uma situação que tem trocas de e-mails e trocas de comunicações também privadas, porque enquanto nós podemos também fazer isso, fazemos. Muitas das vezes também não é possível nós termos a nossa agenda conforme pensamos e, portanto, achamos razoável também aquilo que temos feito até aqui, que se não teríamos esta Assembleia cheia de gente e outros momentos cheios de pessoas também com os problemas que têm chegado até esta Câmara.

Mas vou dar a palavra ao senhor Vice-Presidente, porque foi o senhor Vice-Presidente que tratou destes assuntos. É um pelouro dele e, portanto, será ele que tem que dirigir as respostas. Muito obrigado.»

Vice-presidente do Executivo, João Semedo: (25':18")

«Relativamente ao que nos foi aqui exposto e pronto é de simples explicação.

O que aconteceu com esta propriedade ou com as parcelas que foram referidas pelo munícipe Paulo Macedo, foi que, de facto, após tomarmos posse, havia aqui um processo que estava pendente e uma insatisfação por parte do munícipe que queria ver resolvida uma situação.

Contudo, não obstante a forma como discursou e expôs o problema, como é evidente, uma questão de património não é tão simples como refere. Portanto, não é só irmos ao local fazer uma medição e avançarmos com o processo. O processo era complexo, havia questões de património. Era preciso a verificar a propriedade, artigos, cadernetas prediais e afins. Fazer levantamentos topográficos para termos realmente a certeza de todos os limites. Portanto, foi um processo demorado.

Quando o processo ficou concluído foi, de facto, a divisão de obras particulares e gestão urbana que contactou o munícipe e em representação da Câmara Municipal. Porque nestas coisas não há pessoas, nem vale a pena personalizarmos estes assuntos, porque são todos técnicos e todos representam os serviços desta Câmara Municipal.

Foi feita, então, uma proposta para um eventual acerto de áreas e foi dada essa possibilidade de alienação de parcelas por parte dos munícipes.

Contudo, esta não é uma proposta que possa ser tomada de ânimo leve. Existem regras e neste caso, na nossa Câmara Municipal, quem tem essa competência é a Câmara Municipal, mesmo. Portanto, foi feita uma proposta à Câmara Municipal, que resultou de um lote e de mais 2 parcelas que depois poderiam ser alienadas por particulares. A Câmara Municipal aprovou essa possibilidade, tendo avaliado, no dia 1 de setembro de 2022, portanto, deliberado que autorizava a negociação com os requerentes. Após uma avaliação técnica, o valor por metro quadrado dessas propriedades seria de 81.93 euros.

No caso da parcela do munícipe que hoje cá está a expor a situação, tratava-se de uma parcela de 232 m², sendo a sua própria parcela de 200 m². Portanto, estamos aqui a falar num ajuste de área para uma área que era mais dobro da que tinha ou era ligeiramente superior à que tinha, portanto, ia duplicar a sua área. Foi-lhe então, depois da deliberação, apresentada ao senhor é munícipe que, simplesmente, diz que não aceitava a proposta.

Teve uma reunião comigo, de facto, e não obstante eu ter apenas uma tarde de marcação, recebi-o numa sexta-feira, às 17:30. Como recebo outros munícipes, seja a qualquer dia e tento sempre ajustar, inclusivamente à noite ou às primeiras horas da manhã, ou se for preciso à hora de almoço. Estarei sempre disponível.

Contudo, nunca apresentou qualquer contraproposta. De facto, confirmamos que o seu vizinho apresentou uma contraproposta e essa contraproposta foi remetida à Câmara para aprovação. A Câmara deliberou então aprovar a contraproposta no dia 11 de novembro de 2022. Foi, entretanto, escriturada.

Contudo, entretanto, nunca foi apresentado. No dia de ontem, depois de uma troca de e-mails, que a Mesa tem acesso, cujo teor do discurso e da linguagem não é muito correto. Inclusivamente esse e-mail foi remetido para os serviços jurídicos, o teor do e-mail que também já tínhamos anteriormente quando havia troca de e-mails com os técnicos desta Câmara. Apesar de hoje termos tido aqui uma exposição muito calma, a troca de e-mails tem uma linguagem muito inapropriada, nada de acordo com a forma correta, como se deve tratar. Contudo, isso não foi impeditivo de se poder avançar com as negociações. Portanto, aguardamos, obrigado.»

Período de “Antes da Ordem do Dia”

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (30':07")

«Muito obrigado. Vamos passar as intervenções neste Período de Antes da Ordem do Dia, que devem ser centradas em assuntos de relevância para o Município e que não coincidam com as temáticas apresentadas pelo senhor Presidente da Câmara Municipal no relatório da atividade municipal constante do Ponto 1 da Ordem do Dia, nem com a restante Ordem do Dia.

Sem pretender, como é óbvio, nem nunca o foi, condicionar as intervenções dos eleitos, respeitando em pleno a liberdade de expressão e opinião, reforço, no entanto, essa particularidade da incidência das intervenções para uma melhor gestão dos nossos trabalhos, que vão ser longos e eventualmente intensos.

Vamos manter a regra da rotatividade das intervenções, começando pelo princípio da menor representatividade para a maior representatividade. Como tem sido norma, na próxima ou nas próximas reuniões de continuidade, se ocorrerem, desta sessão, será mantida a rotação que concluir esta reunião. Portanto, neste momento teremos o Chega, o Partido Socialista, o Unir Para Fazer e por fim o Partido Social Democrata.

Vou proceder à abertura das inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia. Quem se inscreve? O Chega, inscreve-se? Prescinde, muito bem. Partido Socialista. Temos o Pedro Martins. Do Unira Para Fazer, José Pinto Reis. Do PSD, Flor Agostinho, José Arvins e Luís Diamantino. Muito bem, então vamos começar? Pelo Pedro Martins, por favor.»

Pedro Martins, PS: (31':53")

«Eu gostava de trazer aqui, ao Período de Antes da Ordem do Dia, uma questão muito atual que tem a ver, e começo logo por este documento, por este formulário que me foi enviado pelos serviços da Assembleia Municipal, pelo Miguel Araújo, e que eu preenchi e assinei.

Este documento tem a ver com o consentimento para que a minha imagem e aquilo que eu digo possa ser transmitido nas redes sociais, no direto que é feito aqui e é transmitido no facebook e, eventualmente, noutra site, noutras plataformas.

Bem... eu começaria por dizer que não me parece que faça sentido absolutamente nenhum estar a exigir a membros da Assembleia Municipal, ou a membros de qualquer outro órgão autárquico, o consentimento para se poder captar imagem e som das suas intervenções ou da sua vida, com quanto estejam naturalmente no exercício das respetivas funções. Não faz absolutamente nenhum sentido, porque isso é a essência da vida pública, a essência da função, nós queremos que chegue ao conhecimento dos eleitores, ao conhecimento do público dos diversos círculos eleitorais, a nossa atividade. Portanto, não faz sentido absolutamente nenhum termos que dar o consentimento para poder ser captada a imagem e som em direto, em diferido e fotografia, etc. Não faz sentido absolutamente nenhum. Aliás, eu pergunto: antes de tomarmos posse e prestarmos o nosso juramento, todos nós fomos candidatos e, sendo candidatos, não proliferaram por todo o município fotografias, cartazes, catálogos e panfletos com imagens e fotografias de todos nós? Eu pergunto algum partido ou algum movimento independente pediu consentimento aos candidatos para usar as suas imagens, para gravar as suas intervenções nos seus comícios, nos seus debates, nas suas reuniões políticas? Obviamente ninguém pediu o consentimento porque, volto a dizer, isso faz parte da essência do candidato, aquele que futuramente será político, seja local, nacional, etc. Eu li um parecer - não me quero alongar porque isto tem importância que tem - eu li um parecer algures, penso que também foi enviado pelos serviços da Assembleia Municipal, um parecer - não me recordo agora, quem foi seu autor, mas isso também não tem importância, porque não interessa quem é o autor, interessa o que lá está escrito - que diz 'bem, na Assembleia da República, que é o órgão por excelência legislativo, não faz sentido - lá, nem em lado nenhum - não faz sentido que se peça o consentimento dos senhores deputados para se poder captar imagens, seja através do Canal Parlamento, ou seja por outra via qualquer. Não faz sentido. Mas diz esse parecer que nas Assembleias Municipais ou nos órgãos locais autárquicos já faz sentido. Desculpem lá, mas isso é um disparate total completo. E porquê? Diz lá que nas Assembleias Municipais são trazidas questões pessoais, da vida pessoal das pessoas. É verdade. Ainda agora foi trazida aqui à Assembleia da República uma questão... Ah! sim... à Assembleia Municipal - isto não é nenhum recalçamento... ainda agora foi trazida à Assembleia Municipal uma questão pessoal. E aí concordo. Os municípios que intervêm devem, por se tratar de questão pessoal, porque isto é um órgão político e também administrativo, os cidadãos que aqui vêm devem, efetivamente, prestar o seu consentimento, por escrito, para que a sua imagem e o seu som possam ser captados. Agora, nós... cuja função é pública, e aquilo que nós dizemos e fazemos, no exercício da função, deve chegar, em pleno, ao público, aos nossos eleitores, àqueles que votaram em nós e a todos os outros eleitores? Isso não faz sentido absolutamente nenhum. E não percebo na legislação, inclusive na da proteção de dados, por exemplo, razão nenhuma. Porque, efetivamente, a Constituição da República Portuguesa protege e assegura uma reserva, da vida pessoal e familiar, está lá escrito, mas da vida pessoal e familiar. Todos têm direito ao bom nome, todos têm direito à sua imagem, mas dessa esfera, não da esfera pública.

O que eu noto aqui em Ílhavo, na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, se calhar até mais na Câmara Municipal, e depois corrijam-me se estou errado, é uma preocupação desmedida. Eu pergunto, se há uma preocupação que tem a ver com o interesse público e o interesse geral de todos nós ou se é uma preocupação de índole pessoal? Eu continuo a não perceber porque é que há aqui uma tentativa de forjar uma lei da rolha para impedir que haja transmissão dos mais variados eventos. Inclusive, sabemos que houve uma certa resistência à transmissão em direto das reuniões da Assembleia Municipal. Ainda agora, recentemente, soube que houve uns protocolos celebrados com as Juntas de Freguesia que foram assinados à porta fechada. Corrijam-me se estou errado, mas chegou ao meu conhecimento. Portanto, contrariamente àquilo que era usual deixou de haver a possibilidade dos senhores Presidentes da Junta e do senhor Presidente da Câmara, digamos, expressarem as suas opiniões, o seu entendimento acerca dos protocolos, acerca daquilo que será possível fazer com os protocolos, etc. Portanto, parece que há aqui uma tentativa de limitar a liberdade de expressão das pessoas, de evitar que a expressão dos eleitos chegue o mais longe possível.

Eu sinceramente não compreendo e, portanto, só posso remeter isto para uma questão de ordem pessoal, que haja algum interesse pessoal que se queira acautelar. Essencialmente, era isto que eu queria dizer, a bem, naturalmente, de que frutifique a nossa ação política e que chegue o mais longe possível. Resumidamente é isto. Muito obrigado.»

José Pinto Reis, UPF: (38':50")

«Eu gostaria de começar por pegar nestas palavras do Pedro Martins. Há que perceber e há que tentar perceber o que é que se passa no meio disto tudo. Há a tentativa clara do PS, neste caso, de tentar diabolizar o 'Unir Para Fazer', de que se trata de uma questão pessoal, de liberdade de expressão, de ocultar as transmissões. Agora, perceba-se aquilo que a lei diz, provavelmente não sou a pessoa mais indicada nesta sala sobre leis, para saber que as entidades que fazem guarda, que acumulam alguns dados pessoais, têm obrigação legal de nomear uma entidade responsável pelo tratamento desses dados. É aquilo que a Câmara Municipal tem que fazer. E fê-lo, não de uma forma isolada, mas sim através de algo agrupado com os restantes municípios da CIRA, que recentemente viram alterada esta entidade. Acontece que esta entidade nova tem uma opinião diferente daquelas que os senhores membros do Partido Socialista têm. Ela acha que estes documentos são necessários. Ela acha que há uma violação do princípio que nós, concordemos ou não, devemos seguir, devemos respeitar ou então contrariar da forma, que provavelmente existe, que é a forma legal e não a forma política. Porque esta entidade para a proteção de dados está legitimada para ter este tipo de comportamento. Se nós não gostamos, se não estamos de acordo, podemos incorrer em não respeitar as recomendações dela? Podemos, sim senhor, E a seguir sujeitamos a multas que chegam aos milhões de euros. É uma tentativa um pouquinho infantil de tentar ligar o Unir Para Fazer, o Executivo, a esta situação da proteção de dados.

Sempre fomos a favor da transmissão das Assembleias Municipais, ao contrário de outros partidos que só agora aderiram a esta causa. Não é o caso do PS, é o caso do PSD.

Esta entidade tem objetivos de independência, não está dependente hierarquicamente da Câmara Municipal, não está dependente da CIRA. É, por definição, uma entidade que pugna pela defesa dos interesses da Câmara Municipal, enquanto entidade que faz a gestão dos dados, e pelo cidadão. Podemos achar que a lei, que é uma diretiva comunitária, está mal. Mas se está mal, temos que a mudar onde tem que ser mudada, não na sua execução.

Em relação a esta situação, todos nós que aprovámos por unanimidade - e eu também acho que preencheremos esta declaração é um formalismo, uma vez que todos nós tínhamos aprovado, por unanimidade, a transmissão - hoje assinarmos este documento é só dar continuidade àquilo que já fizemos no passado. Mas acho que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal devem ter em conta a recomendação da Comissão Nacional de Proteção de Dados, quando refere que devemos deixar, devemos abandonar a utilização de canais que não sejam próprios. Não utilizar Facebook, não utilizar YouTube, uma vez que estas entidades não são sediadas em território nacional e há uma transferência de dados, desta forma, para fora do território nacional, onde a Constituição da República Portuguesa não salvaguarda os nossos direitos.

Só para enquadrar devidamente esta situação do RPG e a celeuma que se gerou com a AM Jovem por causa desta situação. Ocorreu aquilo que - e a minha intervenção também pode ser considerada nesse sentido, e corro esse risco - é uma utilização e de uma partidarização daquilo que a Assembleia Municipal Jovem.

A Mesa fez emitir um comunicado na imprensa que, nitidamente, pretende provocar o Executivo, pretende provocar uma crispação que não é necessária, nem é conveniente, com o motivo da Assembleia Municipal Jovem. Quando, na sua constituição, propus que houvesse participação de alguns elementos da Assembleia Municipal, fui acusado de querer partidarizar esta Assembleia. Passado pouco tempo, não foi o 'Unir Para Fazer' que partidarizou; foi a Mesa, secundada pelo Partido Social Democrata que, logo a seguir, faz um comunicado com esse aproveitamento político.

Não queria concluir e peço desculpa pelo alongar da minha intervenção.

Aprovámos, hoje, a ata número 17. Na sua página 26, se quiserem, podem consultar, são ditas expressões que seriam, de todo, evitáveis. O Senhor Presidente, no encerramento do Período de Antes da Ordem do Dia, da última Assembleia, dirigiu ao membro desta Assembleia, Rui Rufino, ao abrigo de uma figura regimental que desconheço, um pedido de esclarecimento sobre algo que ninguém lhe pediu, sobre um assunto que não tem a ver com a Assembleia Municipal, que tem a ver com o Feriado Municipal e uma intervenção do Rui Rufino como comentador da rádio, não como membro da Assembleia. E o Senhor Presidente teve uma intervenção muito, muito infeliz, incluiu-me, a mim, também. Vou-lhe só lembrar que não chegou a dizer qual era a sua crítica, qual era a sua lástima, porque com o nervosismo.

não conseguiu dizer o que queria dizer. E inclusive trocou se. Depois, o Miguel Araújo até conseguiu dar a volta à coisa, porque o senhor diz que «não houve imparcialidade», quando o que está escrito na ata é «não houve parcialidade». Mas o senhor disse, no seu discurso, foi “não houve imparcialidade”. Está escrito, está gravado. É por isso que também servem as gravações. E depois, mais tarde, o senhor tem um discurso ofensivo, tentando demonstrar que o senhor Rui Rufino não consegue perceber o discurso. Eu aprendi, no quinto ano da escola, que a comunicação é da responsabilidade do emissor, não do recetor. Se ele não percebeu, foi porque o senhor não se fez entender.

E mais à frente o senhor diz, não sei por que razão, «bem, pode perguntar ao seu líder de bancada»; «é pena o senhor não ser líder de bancada». Que mal lhe fiz eu para me meter nessa conversa? Seu líder de bancada?! Quando muito, o senhor vota no seu líder de bancada. No do “Unir Para Fazer”... acho que é de mau tom fazer essas considerações. E fazer considerações àquilo que é a intervenção de um membro da Assembleia Municipal, enquanto ele está no desempenho de outras funções que não as de membro da Assembleia Municipal, não são papel do Presidente da Assembleia Municipal.

As coisas acontecem, correm-nos mal normal com o nervosismo. A mim também me correm mal, corre-nos mal a todos quando nós queremos transmitir uma mensagem, que até pode ter algum sentido, mas que depois perde pela forma como o fazemos?

Eu queria também incluir aqui na intervenção, mas aqui não me vou alongar, uma vez que quem proferiu as outras declarações que foram dirigidas ao Rui Rufino não se encontra presente na sala... queria só dizer ao Rui Rufino que hoje ele é substituto e, como substituto de um membro da Assembleia Municipal que não pode estar, que como membro eleito tem a mesma dignidade e o movimento ‘Unir Para Fazer’ está ao lado do Rui Rufino. A nós não nos calarão, não nos intimidarão e seremos firmes e voluntariosos na defesa daquilo que cá nos trouxe. Senhor Presidente, tenho dito.»

Luís Diamantino, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo: (49:15”)

«Há duas ou três questões que me foram colocadas pelos meus fregueses e para as quais não tive resposta e um outro assunto que parte de mim tentar perceber em que ponto estamos.

Basicamente, começando por fazer uma questão ao senhor Presidente. Em setembro de 2022, no aniversário da Freguesia da Gafanha do Carmo, tinha dito que iam surgir duas passadeiras elevadas junto à Escola e junto ao início da rua da Boa Hora. Até hoje o que aconteceu foi que realmente pintaram uma passadeira no início da rua da Boa Hora e não fizeram nenhuma passadeira elevada, infelizmente. Fez ontem 15 dias, houve lá um pequenito que foi atropelado, não foi nada de grave, mas quando eu sou confrontado na minha Assembleia de Freguesia, por membros que me questionam porque é que na Gafanha do Carmo não há e no noutros sítios do município há, eu não tenho argumentos, nem tenho respostas para dar. Depois também não consigo calar as pessoas que dizem que parece que há dois municípios. Atenção, senhor Presidente, não sou eu que estou a dizer isto. Sou eu que estou a transmitir a mensagem do que me disseram, que parece que há dois municípios, um do lado da ponte de cá e outro do lado da ponte de lá. Atenção, não quero criar com isto qualquer tipo de guerras. É mesmo só transmitir o que me foi dito.

Outra situação que eu gostava de ver era que o senhor Presidente, se possível, pudesse fazer o ponto da situação da creche da Gafanha do Carmo ou da futura creche da Gafanha do Carmo. Porque eu não consegui dar mais respostas às perguntas que me fizeram na minha Assembleia.

E por último, por último deste lado de perguntas, gostava de saber o que é que este Executivo está a pensar, ou se tem previsto, visto que agora veem-se novas vias cicláveis no Município, se está previsto, se está a pensar pegar no assunto e fazer uma ciclovia que ligue a Zona Industrial da Mota ao Município de Vagos. Se está previsto, se é possível, se não é possível, qual a dificuldade... era essa a questão.

Agora outro assunto que já tenho trazido aqui a esta Assembleia. Julgo que dos meus colegas sou eu que trago mais. Discutir protocolos financeiros, contratos interadministrativos não me preocupava muito. O que me preocupa realmente é a transferência de competências. Esclarecer completamente esse assunto. O senhor Presidente, hoje, teve a amabilidade de me ligar a dizer que estamos no fim do prazo. Pelo que eu percebi, o senhor Presidente vai pedir o alargamento do prazo? Ver se é possível para comunicar à DGAL? Queria que explicasse, mais ou menos, como é que está a pensar fazer isso? Porque é um assunto, a transferência de competências, que me preocupa muito, porque precisamos de definir seriamente quem é que tem a competência de quê, porque algumas competências podemos trazer chatices, se houver alguns acidentes. E assim, acho que não está correto. Já digo

isto desde o início do mandato. E depois a dizer que, cada vez mais, a Freguesia da Gafanha do Carmo está interessada em assumir a competência dos espaços verdes. Já manifestei isso ao senhor Vereador e ao senhor Presidente. Tenho notado que os espaços verdes da Gafanha do Carmo... posso dizer que o último corte foi feito a roçadora. Vejam lá como estava o tamanho. Não estão a conseguir acudir a tudo e o Carmo está a ficar um bocado para trás. É a realidade. Não sei o porquê, mas a realidade é que os jardins foram cortados a roçadora e não a máquina de cortar relva, dado o tamanho na Relva.

Outra das competências que começo a ter vontade de assumir são as escolas, a manutenção. Já o senhor Presidente, quando era Presidente de Junta, queria essa competência para a sua Junta. Agora sou eu que sinto esta necessidade. Porquê? Porque sou confrontado pelas professoras que lecionam Gafanha do Carmo porque é que nós não intervimos na escola. Colocam-nos muitas questões, muitos pequenos problemas que nós podíamos resolver e que a Câmara não está a conseguir resolver. Há coisas pequenas: torneiras, tomadas, lâmpadas. Apesar dos diversos contactos as coisas vão-se arrastando. Pronto, penso que lhe transmiti tudo o que me tinham mandatado para fazer. Agradecia que Senhor Presidente se pudesse esclarecer, o mais possível, a situação. Muito obrigado.»

António Flor Agostinho, PSD: (55:23")

«Vinha aqui só para trazer uma questão muito pontual, mas afinal isto extrapolou e a questão que vinha para colocar era muito concreta, senhor Presidente, era sobre a zona das Cancelas. Eu passo lá, falo com as pessoas, convivo com algumas das pessoas, algumas pessoas telefonam e perguntam-me para quando a concretização das obras. Não se vê uma ponta de passeio feita. O asfalto não existe. Estes trabalhos já decorrem há muitos meses. Circulam por lá pessoas de idade, alguns nem saem de casa porque estão proibidos de sair de casa face ao estado lamentável em que está aquela estrada e aqueles passeios. E é bom que o senhor Presidente explique à população de Ílhavo, nomeadamente aos moradores das Cancelas, para quando a conclusão daquelas obras, para quando a concretização daqueles trabalhos, porque já vai tempo demais para que aquilo estivesse feito. Não vou dizer, como dizia o dr. Humberto Rocha, que muito simplesmente dizia assim "metam mais homens". Mas não uso isso. Acho que já deve ter havido prorrogações de prazo e mais que prorrogações para que aquilo se tivesse concretizado.

Depois, tenho que manifestar a minha total solidariedade com aquilo que foi dito pelo Pedro Martins. Estou de acordo. No meio desta bagunça, desta confusão que foi gerada depois da Assembleia Municipal Jovem. Eu pergunto, inclusivamente, se o senhor Fernando, que está lá em cima, a representar a Terra Nova está autorizado a fazer também estas reportagens. Quer dizer, eu já não sei ao que é que chegámos. Ele é jornalista, é representante de uma entidade da comunicação social, mas também tira fotografias e pode usá-las pessoalmente. Senhor Borges, Fernando Borges. Pode utilizá-las pessoalmente, quer dizer, e também assinou o papelinho? Também assinou a participação, também lha exigiram? Eu não sei. E o público, o público também está mandatado para tirar fotografias nossas e para as publicar amanhã, no Facebook? Quer dizer, isto é um conselho sui generis. Mas já agora, lamentar, portanto, solidarizar-me com Pedro, porque o Pedro tem razão. Quer dizer, nós somos políticos, demos a cara, as nossas carinhas apareceram lá nos papéis, nós escrevemos, nós falamos, nós não temos que preencher papel nenhum. Os outros é que devem preencher papéis para autorizar que sejam filmados ou fotografados junto do senhor Presidente. Isto já está a cair no ridículo. Qualquer dia, o senhor Presidente quando for para a rua, está com o município, tem que lhe pedir para assinar aqui o papelinho; assine que o papelinho que é para tirar uma fotografia ao meu lado. Isto é o ridículo. Ainda agora assistimos, eu assisti a um evento cultural, que foi o Rádio Faneca, em que o senhor Presidente tirou fotografias com jovens, com crianças cujos pais, nas escolas, assinaram um documento em que proibem as escolas que os seus filhos sejam filmados ou fotografados. No entanto, a Câmara tira fotografias aos jovens e publicita-as. Está incorreto. Está aqui a professora Irene que, certamente, sabe isto. Há pais que não autorizam que os seus filhos sejam filmados ou fotografados e a escola tem que evitar que os seus filhos sejam fotografados. E o que é que faz o senhor Presidente? Expõe-se ao lado dos jovens, tiram fotografias às crianças, publicitam as crianças e aparece no Facebook. Isto é indigno. Eu tenho pais que vão processar a Câmara têm todo o direito. Se estes pais não autorizam nas escolas, como é que podem autorizar a Câmara a publicitar as fotografias dos seus filhos? Isto é aquilo que diz o Pedro Martins e com toda a razão. Nós não devemos preencher os papéis. Está tudo invertido e só acontece no Concelho de Ílhavo, o que é mais engraçado. Parece que isto é um Concelho que está fora do país, ou fora da CIRA, ou fora do distrito ou fora da realidade. Mas, enfim, vamo-nos habituando, vamos ter que aguentar.

Lamentar também, o que é que aconteceu no dia 7 de junho. O que aconteceu aqui no 7 de junho foi aquilo que o senhor Presidente da Assembleia acabou por transmitir num comunicado e muito bem. O senhor Presidente da Assembleia Municipal viu-se na obrigação de fazer um comunicado para elucidar a população e os pais dos jovens que aqui estiveram na Assembleia Municipal Jovem do porquê de isto não ter sido filmado. Eu estive cá e até fui chamado a atenção. Não estava a tirar fotografias, estava lá em cima a ampliar com o meu telemóvel para conseguir ler o que estava escrito aqui em baixo e fui chamado a atenção. Peguei no telemóvel, meti o telemóvel ao bolso e já não li mais nada, porque a partir dali deixei de ver o que estava no quarto. Mas o que é que aqui aconteceu? Proibiram de fazer uma filmagem, uma filmagem que tem caráter pedagógico. Aquela filmagem serve para os senhores professores utilizarem nas escolas e ensinarem os alunos como é que se devem portar nestas assembleias, como é que devem intervir nestas assembleias. E o que se verificou na última Assembleia foi uma melhoria substancial das intervenções dos nossos alunos, que já começaram a perceber o que é isto da participação política, do que é exercer um cargo autárquico, o que é interrogar, o que é questionar, o que é perguntar. E vir aqui trazer casos pontuais das suas localidades, das suas casas, das suas zonas. Isto foi feito. E os pais e as escolas ficaram, desta maneira, impedidos de fazer este estudo, porque agora o que vai acontecer é que não tem lá a filmagem para mostrar aos alunos onde é que eles devem melhorar o seu desempenho. Mas, enfim, foi o que aconteceu. Eu estive cá, presenciei. E fiquei um bocado indignado... sinceramente, quer dizer. Uma simples filmagem não foi autorizada quando os próprios alunos estavam autorizados a serem filmados, porque isto tinha sido acautelado nas escolas, pelos agrupamentos. As escolas, os pais tinham autorizado os seus filhos a virem aqui, a serem filmados. Porquê não autorizar? Não se entende, não se entende.

Depois foi aqui falado, muito, no comunicado da Mesa. Sobre esta atitude, eu já o disse, a Mesa esteve bem. O PSD, enfim, tem obrigação de acompanhar a Mesa e estar a acompanhar os problemas da população. Houve grandes queixas de alguns pais sobre o facto de não ser transmitido. Mas, enfim, não é transmitido... assim, seja.

Depois foi aqui também falada a questão da intervenção que houve aqui de dois Presidentes de Junta relativamente ao senhor Rui Rufino. Bem, nós todos sabemos que o senhor Rui Rufino é membro desta Assembleia Municipal e que quando vai à Terra Nova, tanto quanto eu sei, o repórter da Rádio Terra Nova começa por dizer "estão cá os representantes dos partidos com representação na Assembleia Municipal". Portanto, o senhor Rui Rufino, quando está na Terra Nova, está a apresentar a Assembleia Municipal. O senhor Rui Rufino, quando se faz um discurso, está a representar a Assembleia Municipal, como eu, por exemplo. não entendo esse discurso, não entendo.

Agora, o que o Senhor Rui devia ter feito, sito muito sinceramente, se ele é democrata, era vim aqui pedir desculpa aos munícipes da Nazaré e do Carmo, e aos seus Presidentes de Junta daquilo que ele fez. E a isto chama-se humildade democrática. Isto é que falta. Isto teria eu feito se me tivesse acontecido. Porque as críticas que ele fez aqui, que fez na rádio, no referido programa, não devia ter feito. Porque ele o que disse é que os Presidentes de Junta deviam estar calados. Os Presidentes têm direito a falar, são órgãos autónomos, independentes, não têm que estar sujeitos a nada. Pronto.

Relembrar que as palavras do Pinto Reis sobre o senhor Rui Rufino, nós não concordamos, pura e simplesmente repudiamos. Não podem calar outros órgãos. Quem está a tentar calar os outros órgãos é o Movimento.

Sobre as transferências de competências, estou de acordo com o que disse o Diamantino. Isto já devia ter sido feito. É uma urgência fazer-se. As Juntas necessitam também destas verbas e necessitam que seja clarificado, de uma vez por todas, quem manda em quê e quem deve fazer o quê e quem não deve fazer o quê. Nós sabemos que uma das grandes batalhas do antigo Presidente de Junta de São Salvador era precisamente isto. Era sobre isso que ele falava nesta Assembleia. O que ele pretendia sempre era mais transferências. Hoje, que tem o poder para as transferir, não o faz. Quase que estou para acabar esta intervenção como acabou o município, que já se foi embora, que concluiu muito bem a sua intervenção.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:05:18")

«Muito obrigado. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:05':22")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Nem sei se deva falar alguma coisa, porque o entusiasmo deste senhor Flor Agostinho fascina-me completamente.

É incrível como é que eu ando pouco na rua, fiz pouco ainda na vida autárquica, em termos de desempenho das minhas funções, e fico admirado como é que este senhor tem tantas conversas e sabe tanto. É impressionante como é que não tem tido a oportunidade de surgir noutros palcos da vida. Fico mesmo triste com isso, porque vejo o seu entusiasmo, agora até fala de transferências de competências. Eu fico um bocadinho, olhe, sem palavras para o que vejo. Mas vou-lhe responder diretamente àquilo que eu sei. Ensinaram-me a ter outro respeito pelas pessoas e não andar no diz que disse ou então pensar em casa o que é que vou dizer para dizer dos outros.

Portanto, aquilo que eu tenho a dizer é que a obra das Cancelas está a correr e ainda tem dois meses para finalizar a sua execução. Estaremos ao lado do empreiteiro se as dificuldades surgirem ou não da parte dele, queremos ver a obra concluída. Tivemos, julgamos nós neste momento, não precisando, e peço desculpa a todos os que estão lá em casa que possam dizer que não seja verdade, o que é verdade é que temos três pessoas que chegaram ao pé de nós por causa dos acessos às suas moradias, que foram resolvidos de imediato e, portanto, não temos mais nenhuma nota sobre isso.

Eu noto que há aqui alguma falta de memória, também. Não sou nem sou farmacêutico, nem sou médico para vender alguns complementos que possam ajudar à memória do passado, e, portanto, ficará com quem vai referindo essas coisas, olhar para trás e ver o que foi feito. Relativamente à Assembleia Municipal Jovens, eu queria reiterar também aqui, uma vez que não vi, o apoio desta Assembleia e também do Executivo na presença nas Assembleias Municipais Jovens, porque não foi reconhecido publicamente, mas houve uma dedicação também desta parte para o fazer. E gostaria também de deixar essa nota de agrado pela atitude do Presidente da Assembleia, mas também pelos membros do Executivo que fizeram por estar presentes nessa Assembleia e responder e prepararem-se. Recebemos os assuntos previamente e, portanto, fizemos esse trabalho de casa. E continuaremos a cooperar com os nossos estabelecimentos de ensino.

Relativamente ao senhor Pedro Martins, vou continuar atento àquilo que diz. Vou respeitar aqueles que trabalham connosco e que nos dizem aquilo que devemos fazer. E já agora, respondia a si e ao senhor Flor Agostinho também, para observarem o que se passa em Estarreja e na Murtosa. Eu conheço perfeitamente os Presidentes de Câmara e os seus Executivos e as suas Assembleias, mas penso que ainda nem sequer as transmissões têm. Mas ficará essa nota, e vamos vendo e vamos andando com aquilo que são as atitudes de cada um nesta Assembleia e não me irei esquecer nunca, e já fui Presidente de Junta durante 8 anos e, hoje, sou Presidente de Câmara há, pelo menos, 20 meses.

Relativamente ao senhor Pinto Reis, não tenho nada a dizer. O senhor Pinto Reis tem a independência clara de quem está num movimento independente e, portanto, faz o seu trabalho, justifica as suas razões. Não tenho que me manifestar sobre isso. Estarei em alguns pontos de acordo, outros também em desacordo, mas é isto que nos fez juntar e estarmos juntos neste movimento. Agora, acho é que há membros nesta Assembleia que comecem a faltar ao respeito a outros. Também não sou eu que vou permitir isso ou não permitir, portanto. Espero que esta Assembleia também tenha esse respeito por quem está a falar, com as manifestações que têm nesta Assembleia.

Relativamente ao nosso Presidente da Junta, eu diria uma coisa. Eu nunca me lembro do senhor entrevir tanto durante oito anos. O senhor, realmente, neste momento, está uma pessoa completamente diferente e muito preocupada. Deve ser o último mandato que está a fazer e, portanto, está muito preocupado com o que ainda não fez. Isso não é um problema meu, senhor Presidente, é um problema seu. O senhor é que tem que trabalhar nessas matérias, não sou eu. Eu vou ajudá-lo como estou a ajudar, com acordos que já fiz durante dois anos e este ano. Aquilo que é um auto transferências, e que eu tive o cuidado de lhe dizer, pode ser feito a qualquer momento do ano. Só não sai na Lei do Orçamento de Estado. E o senhor conhece bem a lei, pode dizer ali os números da lei, os artigos da lei, a lei que vincula isso. O senhor Presidente do Carmo, o senhor Presidente da Gafanha da Encarnação e o senhor Presidente da Gafanha da Nazaré fizeram o trabalho de casa. Nós reconhecemos isso e é esse valor que eu dou aos meus colegas autarcas. Não dou outro valor, nem venho para aqui com assuntos que são do fórum do Executivo. Mas o senhor entende que é aqui agora o Executivo, tudo bem, estamos à vontade. O senhor tem tido as respostas todas.

Olhe, eu vou recordá-lo. Relativamente àquilo que nós lhe falámos há algum tempo, não vou precisar aqui o tempo porque o senhor sabe quando é que fizemos esse trabalho.

Gostaríamos de ver as bermas da Gafanha do Carmo tratadas de diversas formas, oferecemos-lhe uma retro e até hoje o senhor não solicitou esse equipamento. Mas eu acho que hoje também poderá chegar até esse ponto. Quando solicita qualquer coisa temos estado disponíveis para o ajudar e, recentemente o fizemos.

Relativamente às lombas, há uma bastante antiga em frente ao Salão Paroquial ou Socioeducativo, há uma Lomba lá. Portanto, já muito antes desta decisão que nós tomámos, o atual Executivo, de colocar algumas zonas de abrandamento, de 30 km/h.. Colocámos sinalização, como sabe também, na freguesia da Gafanha do Carmo, recentemente, para ver se os comportamentos são diferentes. Mas dentro das localidades já há essa obrigatoriedade. É claro que toda a gente infringe e, portanto, caro Luís, temos que tratar disto de forma objetiva, sensibilizando as pessoas e percebendo aqueles que realmente se comportam mal. Não é por causa de estarem lá as lombas que eles vão deixar de se comportar mal, até partirem um carter eu fazerem outra coisa. E, portanto, isso é o que acontece normalmente nestas coisas.

Nas transferências de competências só dar-lhe mais uma nota. Eu acho que estamos no bom caminho. Aquilo que me dá ideia daquilo que tem sido a defesa dos senhores Presidentes de Junta e que tem, neste momento, conversado também connosco o Presidente da Junta de São Salvador, é desatualização do valor face ao momento em que foi contratualizada esta transferência. Aquilo que nós temos verificado, e que verificámos recentemente, é que há um desajuste entre 6 e 9% desse valor. É importante ver que essas competências vão exigir outra capacidade logística e outras pessoas. E aquilo que estava no seio das transferências de competências tinha a ver também com uma questão que é a descentralização de meios humanos e meios técnicos para as Juntas de Freguesia.

Eu já lhe fiz perceber, a si e aos Presidentes de Junta, aquilo que encontrei. E, portanto, se nós formos financiar uma adaptação dos vossos equipamentos para dar uma resposta, continuamos a diminuir aquilo que nós queremos também para o projeto autárquico na Câmara Municipal de Ílhavo. Portanto, irei ter esse equilíbrio nas minhas decisões. Até conversei isso, hoje, com o Presidente da Junta da Gafanha da Nazaré, que foi uma conversa mais longa do que tive consigo e, portanto, vamos tentar resolver isso.

Mas aquilo que eu lhe posso dizer é que vamos tentar atualizar, pelo menos, o valor e resolver aquilo que foi o documento que lhe enviámos, com a eliminação de algumas coisas que nunca fizeram parte do trabalho entre as transferências. Vocês já têm esse documento e que coincidiu com um envio é de um documento que tínhamos só falado dele, que vocês também reivindicaram alguma indignação sobre o processo. Mas faremos esse trabalho também convosco para que isso fique, pelo menos, tratado.

Uma nota final relativamente a estes assuntos que foram falados. Eu realmente gostaria que estes momentos do PAOD tivessem uma intervenção muito mais forte sobre aquilo que são as nossas preocupações para o nosso território, todos os dias. O senhor Presidente da Junta defendeu, muito bem, a Gafanha do Carmo. Os outros membros falaram sobre todos os outros assuntos, mas nós realmente, com esta metodologia participativa, em que muita gente hoje envia reclamações, isso está presente no documento que será discutido a seguir, que está presente muitas vezes nas Assembleias Municipais, a assistir, que está nas reuniões de Câmara descentralizadas e não só, tem-nos ajudado muito a perceber e a termos a hipótese ainda de nos corrigirmos.

Gostaria que todos os Executivos, o nosso, se continuar, ou os futuros executivos também, tenham sempre esta oportunidade que nunca existiu até aqui. Porque eu nunca assisti a tanta gente a participar e de forma veemente estes assuntos e isso interessa-me muito, porque temos apostado muito na transparência do nosso trabalho, naquilo que tem sido a dedicação que temos metido no projeto autárquico. E acho que todos vocês, também, quando vêm para esta Assembleia e se preparam, de alguma forma, para apresentar os seus assuntos. E nem sempre, neste período do PAOD, eu observo isso. Muito obrigado, Senhor Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:15:09")

«Muito obrigado, senhor Presidente. Vou abrir então uma segunda ronda de intervenções. O Chega inscreve-se. Então vamos ter o Sérgio Louro. Partido Socialista? Pedro Martins e Luís Leitão. Do Unir, José Pinto Reis e Pedro Cristo. Do PSD? Luís Diamantino e o Flor Agostinho. Muito bem, vamos começar então pelo Sérgio Louro, por favor.»

Sérgio Louro, Chega: (01:16:08")

«Diariamente tenho que me deslocar à Carvalheira e para meu espanto fui observando a construção de um barraco na rua da Lagoinha, mais concretamente antes do “Café Tavares”. É para o meu espanto que vai acontecendo à vista de toda a gente e não vejo nenhuma intervenção da Câmara. Conforme ali aparece um barraco, portanto, aquilo parece uma canadiana, um edifício mais estilo nórdico, onde cai muita neve. Não conheço a pessoa em concreto que lá está morar, provavelmente é uma pessoa que precisa de ajuda dos nossos serviços sociais, que se calhar ainda não a visitaram. Mas o que acho que não se admite, é vermos a aparecer aquele tipo de construções improvisadas um pouco por todo o lado, no nosso Município. Acho que alguma coisa devia de ser feita.

Ainda dentro da Carvalheira, na estrada também entre Vale de Ílhavo e Cimo de Vila, efetivamente, faz todo sentido colocar lombas. Estas lombas, muito vezes chamadas de quebra-molas pelas pessoas de origem brasileira, que eu acho bastante piada e tem bastante aplicabilidade. Vi que os serviços da Câmara andaram a pôr sinalização, mas acho que isso não chega. Acho que é necessário pôr riscas para que se vejam melhor os quebra-molas.

Por último, já aqui trouxe várias vezes a esta Assembleia uma preocupação que tem a ver com a rede de telecomunicações. Vou observando e os senhores também vão observando, senhor Presidente e o resto dos membros daqui da Assembleia, cada vez está pior, cada vez se veem mais cabos de fibra ótica pendurados por todo lado. Eu gostaria de saber se alguém está a tratar deste assunto. Penso que é algo da responsabilidade do Executivo e acho que é algo que tem que se pôr ordem na casa, porque isto está inadmissível.»

Pedro Martins, PS: (01:18:38")

«Muito obrigado, senhor Presidente. Eu concordo com aquilo que, apesar de ter sido uma espécie de uma recomendação do senhor Presidente da Câmara à Assembleia Municipal, que é “falem de outras coisas, não falem disto, falam de outras coisas”, é uma recomendação, mas nós devemos acolher as recomendações. Como diria alguém, eu gosto de ouvir conselhos, os bons e os maus. Mas, senhor Presidente, acho bem que faz essa recomendação e concordo com ela.

Mas questões básicas, que não deviam ser tema, mas que acontecem, nós temos que nos pronunciar sobre elas. E esta questão da transmissão ainda bem que foi aqui trazida a questão da Assembleia Municipal Jovem. Se entendiam que era necessário recolher o consentimento dos encarregados de educação, que o fizessem para que a Assembleia Municipal Jovem fosse transmitida em direto, porque eu creio que era uma satisfação enorme para os nossos jovens poderem ver a transmissão em direto daquela Assembleia Municipal Jovem. Ainda que eu não concorde porque os pareceres, olhe, são recomendações. Lá está, são recomendações, podemos segui-las ou não. Aquele parecer recomenda que se peça o consentimento quando o consentimento é tácito. Quando nós chegamos aqui, membros da Assembleia, há câmaras a transmitir, há um responsável pela transmissão; nós próprios aprovámos a transmissão e depois ainda vêm pedir um papel para assinar. Até basta ler os primeiros artigos do Regulamento da Proteção de Dados. Basta ler o primeiro artigo ou segundo, ou as definições que lá estão. Portanto, isto é escusado. Ora são coisas básicas, eu concordo, devíamos estar a discutir temas mais interessantes, mas são coisas básicas que temos que chamar a atenção. E nas próximas Assembleias Municipais Jovens façam tudo para transmitir. E, já agora, permitam-me uma recomendação. A Câmara Municipal também devia transmitir as reuniões da Câmara Municipal. É uma recomendação que faço, também devia ser transmitida em direto para todos os munícipes, porque é que não é? Lá está. É por estes factos, por esta atuação de determinados agentes políticos, que nós percebemos quem é que está do lado de uma sociedade mais livre, mais democrática, mais transparente. E quem é que tem lutado contra essa sociedade mais livre, mais democrática e mais transparente. Muito obrigado.»

José Pinto Reis, UPF: (01:21:15")

«Discordando daquilo que são as palavras do senhor Presidente da Câmara, também tenho esse direito, acho que alguns temas que são mais paralelos também têm lugar nesta Assembleia. E se perdermos aqui 20 ou 30 minutos por ano, não são assim tão graves.

Queria fazer aquilo que normalmente não faço, que é rebater as questões do senhor Flor Agostinho.

Sou morador na rua das Cancelas. A mim, por acaso, não me ouviu e eu moro lá. As obras começaram ainda no outro mandato, em julho. Assim uma empreitada feita à pressa para ver se conseguimos ganhar mais alguns votos, e demoraram mais de um ano, quando tinham um prazo de execução de 6 meses, com um empreiteiro e um caderno de encargos feito no

passado. Mas nessa altura ninguém criticou nada. Agora é que está a demorar algo que começou a segunda fase há três meses e meio, salvo erro. Mas essa é a postura com que nos habituaram.

Este jogo de palavras que utiliza é um bocadinho perigoso quando vem para aqui dizer que os professores tinham os compromissos dos pais para que fosse gravado. Quando aquilo que se pretendia era gravado e transmitido. O que pretendia era que fosse gravado e transmitido. Então diga, claramente, aquilo que era para ser feito. O objetivo era que fossem feitas as duas coisas e não foi permitido, nem uma, nem outra. Agora, estava o consentimento específico definido para a Assembleia Municipal Jovem? Ou é o consentimento que existe e que é pedido em todos os inícios dos anos escolares? Porque era importante que essas declarações fossem do conhecimento da Assembleia Municipal para que nós verificássemos que isso na realidade existiu.

Quando se vem aqui dizer que o senhor Rui Rufino mandou calar os Presidentes de Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré e da Gafanha da Encarnação, é mentira. Disse que os detentores de alguns cargos políticos devem ter algum recato. Não mandou calar ninguém.

E o senhor Presidente de Junta, de Câmara ou da Assembleia Municipal, daqui e de qualquer lugar, deve, no desempenho das suas funções, ter algum recato. Como o líder do seu partido pediu ao Presidente da Assembleia da República, quando ele se pronunciou indevidamente. Por isso, é bom que se contextualizem as coisas, que não se utilizem jogos de palavras. Que não se podendo dizer que é mentira, também não correspondem completamente a verdade. E não vou deixar que mais uma vez sai odioso e não defenda o Rui Rufino, porque no passado, na última Assembleia, quando Senhor Presidente falou, terminou a sua intervenção e a seguir disse “vamos fazer um intervalo de 10 minutos“, sem direito a contraditório, sem direito a defesa da honra, sem direito ao que quer que seja. Hoje não aceito isso.

Em relação à intervenção do senhor Carlos Rocha, não farei qualquer comentário porque não se encontra presente.»

Pedro Cristo Graça, UPF: (01:25':12")

«O Movimento 'Unir Para Fazer', gostaria de congratular a professora Domingas Loureiro por ser a nova Presidente do PS, ou Secretária-Geral... não sei qual é a expressão. Peço imensa desculpa... mas por ser a Presidente do PS em Ílhavo. Esperemos que faça um bom mandato para bem da democracia e para bem das nossas lutas positivas partidárias que iremos ter, digamos, de futuro.

Eu penso que o Movimento 'Unir Para Fazer' veio tirar, aqui, um bocadinho de algum conforto, no caso do PS não, mas vai tirar aqui algum conforto ao PSD, porque hoje aquilo que vimos no PSD não é a mesma coisa que víamos há 20 meses, onde as pessoas intervinham, de alguma, forma aleatória, perdiam tempo. Agora, vemos que as coisas são organizadas, existem intervenções muito bem escritas, muitas vezes utilizando Presidentes de Junta quando dá jeito para atacar determinado tipo de movimento. Tenho que dar esses parabéns, no caso não à Domingas Loureiro, mas à presidente Fátima Teles, professora Fátima Teles do PSD.

Depois queria pedir, pessoalmente, desculpa ao senhor Presidente João Campolargo.

Senhor Presidente João Campolargo, quando as notícias saíram cá para fora que o senhor proibiu, era, pelo menos, a informação que tivemos, a transmissão da Assembleia Jovem eu saltei tudo e mais alguma coisa. Eu pago para não me chatearem, mas se alguém diz não e eu não percebo porquê, chateia-me duramente.

Depois de lermos toda documentação, eu não sou advogado, mas temos aqui o doutor Pedro Tróia e o Pedro Martins, e o senhor Pedro Martins já aqui falou, é como a interpretação da lei, dá para tudo.

Por acaso nem um, nem outro foram meus advogados em situação alguma. Mas já vi que dá para tudo.

Agora, se alguém que é responsável, em quem nós temos que depender da opinião, diz não e nós fazemos sim. Peço imensa desculpa por ter estado irritado consigo por essa atitude que tomou.

Eu não acredito que a Mesa da Assembleia vá deixar este tema em claro. A Mesa da Assembleia, e escrevam o que eu vou dizer, no final da nossa Assembleia, sem oportunidade nenhuma de contraditório vai fazer uma declaração, que é assim que já aconteceu várias vezes. Foi assim que disse que ia fazer uma página do Facebook, foi assim que aconteceu. É mentira?!

Gostaria de dizer que congratulo-me por uma das coisas mais insisti junto deste Executivo, antes mesmo dele ser Executivo, é que os planos de recuperação das vias rodoviárias não se fizessem no final de mandato, como víamos. Que fossem sendo feitas. E nós temos tido

algum inconveniente no nosso Município porque, efetivamente, está-se a recuperar pavimentos com calma, sim, senhor... mas evita-se aquilo que acontece sempre que é a euforia dos votos.

Estamos a chegar, eu não encontrei expressão melhor, mas que estamos aqui na zona da *sealy season* onde Ílhavo é forte. Foi forte na Rádio Faneca, no Festival do Mariato, Festival de Marisco, Festival do Bacalhau. Aqui, é para todos nós. Eu não sou muito de festas e festarolas, já disse isso várias vezes, mas acho que é muito importante que nós, em Ílhavo, termos estes festivais, só que nós não participamos como ilhavenses. Vejo tanta gente de tanto lado, quando tenho oportunidade de ir, e se calhar vemo-nos menos, nós, aqui.

E aproveito esta oportunidade, por ser pública, para dizer “Vamos!”.

Para terminar, gostaria de dizer, senhor Presidente, que já temos obras. Já há obras, já temos os Centros de Saúde com indicação para avançar. Já temos obras. Vamos mostrá-las. Vamos mostrá-las. É só. Obrigado.»

Luís Diamantino, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo: (01:30:05”)

«Senhor Rufino, acabou, trocámos... da minha parte, acabou, siga. O respeito será, acredito, que mútuo. Siga, se se vem rebater mais vezes isto... eh pá, já passou.

Pedro Cristo desculpa, mas tenho que comentar. O meu partido não utiliza os Presidentes de Junta. Não utiliza e acho que a prova disso foi quando foi a votação do PDM eu não votei a par do meu partido. Portanto, se querias mandar bicada... o meu partido, pelo menos, a mim não me utiliza.

Senhor Presidente, eu não vou comentar a primeira parte da sua intervenção às minhas respostas ou às minhas não respostas. Fica, como o senhor disse, as palavras ficam com quem as dizem.

Verdade seja dita, todos os equipamentos que eu pedi, até hoje, nomeadamente articulo isto com o vereador João Semedo, foi-me cedido. É verdade e muito obrigado, tem feito um jeitão. Quanto às transferências de competências, eu, desde o início, ainda no outro mandato, era o que mais me debatia com isso, a par do senhor. E aqui, a Gafanha do Carmo não está à procura de mais verba para as competências, nomeadamente da limpeza de bermas. Não, já o disse pessoalmente ao Senhor Presidente na reunião e também o disse por mail ao Vereador. Não queremos, não precisamos de mais dinheiro para isso. Eu quero mesmo é esclarecer, definir quem fica com o quê. Esta é a minha intenção. Acrescido agora que, de facto, começo a perceber que, se calhar, a intervenção nos espaços verdes e a manutenção das escolas serão úteis.

E quanto ao Senhor dizer que agora intervenho mais por seu último mandato. É por isso mesmo, é para não ser acusado de incompetente. É para mostrar que, mesmo sendo o último mandato, eu tenho voz. Apesar do Senhor dizer que tenho que trabalhar mais. E aqui estou eu a trabalhar.

E então, fiquei sem saber se vai fazer as passadeiras em lomba, fiquei sem saber o assunto da Creche e fiquei sem saber se havia intenção de ciclovia. O da Creche trouxe-o aqui porque o Senhor não me respondeu ao e-mail. E o resto trouxe-o aqui porque os meus fregueses me pediram para trazer. Se não é assim, como é que hei de fazer? Vamos almoçar todas as semanas? Vamos reunir todas as semanas? É só isso, senhor Presidente. É só isso, senhor Presidente. Já houve uma outra Assembleia em que não me respondeu. Só agradecia que respondesse às questões ou então diga “terás a tua resposta amanhã, além, daqui uma semana”, para eu transmitir, porque senão, amanhã, que eu vou dizer lá? Desculpe a expressão: “o João não me respondeu”. É o que eu vou dizer lá. É só isso, senhor Presidente.»

António Flor Agostinho, PSD: (01:33:27”)

«Eu só vinha aqui para pedir ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que me fizesse o favor de explicar a questão das gravações, a questão dos agrupamentos, se tinham ou não tinham as crianças registadas e anotadas.

Eu gostava que o Senhor Presidente, enfim, que é o motor de toda esta Assembleia Jovem nos explicasse o que é que se passa.

Quanto ao partido, e é aquilo que diz o Pedro Cristo, só tenho que me congratular, afinal estamos alinhados, organizados, fortíssimos, que é isso que nós pretendemos ser para sermos a alternativa a este marasmo em que o Concelho está a cair.”

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:34:10”)

«Muito obrigado, Flor Agostinho. Senhor Presidente, faça o favor”.

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:34':15")

«Eu, perante este momento agora final, continuo sem palavras e não sei se me vou esquecer tudo outra vez, porque isto, realmente, é uma coisa fantástica.

Eu penso que a questão do senhor Sérgio Louro caberá aqui ao senhor Vice-Presidente dar-lhe uma palavrinha neste momento final das nossas intervenções.

Relativamente ao senhor Pedro Martins e para terminarmos este assunto, daquilo que são as transmissões. Eu não vou pactuar nunca, como Presidente da Câmara, em assuntos para o quais eu solicitei, com os meus colegas da Região de Aveiro, um trabalho dum EPD sobre o regime geral de proteção de dados. Portanto, manter-me-ei firme sobre as minhas posições e tomarei as decisões certas no momento certo, em colaboração com esta Assembleia e com o senhor Presidente da Assembleia, enquanto as situações não estiverem verificadas da forma como aqueles que trabalham connosco e a quem nós pagamos escrupulosamente ou respondem. E fico-me por aqui. Tomarei sempre essas decisões. E, portanto, certo ou errado, os senhores perderam aqui quase 45 minutos. A Câmara tem um serviço contratualizado, juntamente com os outros municípios, para dar resposta a estas situações. Quer se concorde, quer não se concorde. É isto que está aqui em causa. O senhor Pedro Martins teria todas as oportunidades, e mais algumas, de me pedir até uma reunião, estar com a EPD e falava com eles esses assuntos, como qualquer outro momento desta Assembleia poderia falar com ele. No entanto, não se esqueça quem contratualiza esses serviços é mesmo a Câmara Municipal. Muito obrigado.

Relativamente à questão do senhor Pinto Reis, eu concordo completamente consigo. Temos que estar em desacordo, tal e qual como os ditados dizem: “casa que não é ralhada, não é governada”. E, portanto, esteve muito bem. Mas vou manter e vou solicitar, àqueles que trabalham neste edifício e fora deste edifício, rigor nos seus processos e aquilo que for uma posição técnica também respeitarei sobre qualquer outras matérias, com a discussão necessária para que afinemos os processos para que eles cheguem à mesa, tanto da reunião de Câmara, como da Assembleia Municipal, como já os trouxemos aqui, umas vezes mais corretas, outras não. Estamos numa fase em que temos todos de crescer. Portanto, há tanta coisa nova que tem chegado à mão de tanta gente e nunca vi isso valorizado até hoje. E se calhar, hoje, muitas das coisas que estamos aqui a falar foi mesmo o Executivo Municipal que lançou os momentos para que as situações até se discutissem hoje, aqui.

Relativamente ao senhor Pedro Cristo, eu diria só duas coisas. Relativamente às vias rodoviárias e à recuperação das mesmas, e respondendo ao senhor Presidente Luís Diamantino, nós já gastamos mais dinheiro do que aquilo que era previsto na empreitada. Até que agora saiu uma lei que podemos ultrapassar até 40% do valor das empreitadas, que pensam que já está neste momento também aprovada.

Mas temos tido alguma dificuldade em recuperar aquilo que foi o parque que herdámos, relativamente àquilo que são as zonas asfaltadas do nosso município. Muitos dos nossos cidadãos não perceberam porque é que nós andamos a fazer este tipo de remendos e não fizemos pavimentações totais. Aquilo que, no meu entender e da minha equipa, nomeadamente o senhor Vereador, me têm dito - e que temos tomado como posição - é que uma operação destas não exige, depois, levantamento de tampas - retificação sim - e de sarjetas, e não temos cotas diferentes para depois absorver completamente aquilo que são os lancis e os passeios que estão feitos em algumas das zonas que estamos a pavimentar. Até temos duas situações onde fizemos lombas e estava previsto também o acesso a mobilidade reduzida, portanto, os passeios estavam já com uma inclinação, rebaixados, e agora vamos ter que os subir. Na Gafanha do Carmo, não fizemos, Luís, porque a obra vai arrancar, tu estás a par.

No dia 15, possivelmente, vamos assinar com o empreiteiro a obra do Centro Cívico e, portanto, a partir daí vamos corrigir essas situações. Ainda não te participámos isso porque não temos ainda o momento de formalização do contrato. Estamos a articular isso e gostaríamos que tu tivesses também presente. Permite-me tratar assim.

Sobre aquilo que são os festivais no território. Fico-me pelo que disse e gostaria mesmo que todas as pessoas participassem ativamente porque temos um objetivo que é ultrapassar o meio milhão de pessoas no território, durante estes quatro meses, com aquilo que são as festividades organizadas pelas nossas associações, pelas nossas comissões religiosas.

Todos eles, como sabem, muitas das vezes, solicitam equipamentos logísticos para rentabilizar essas festas, ajudam o comércio local, ajudam a crescer tudo o que são negócios e, portanto, se nós conseguirmos atingir esse objetivo, que é ambicioso, mas que temos vindo a medir desde o princípio do ano. Tem havido um resultado crescente de públicos a todos os níveis, nomeadamente nos nossos museus, nos nossos espaços que estão abertos ao público

para visitação, tem crescido. Hoje mesmo, em duas reuniões que tivemos com aqueles que são os promotores do levantamento de dinheiro, portanto, com a SIBS, disseram-nos que o município, nos últimos dois anos tem crescido brutalmente os fluxos financeiros nas caixas. Nós estamos a ver que na Gafanha da Nazaré já surgiu uma da rede própria, outras vão surgir. Perguntei-lhes o que era. E, portanto, passo a esta Assembleia, publicamente, temos que estar todos felizes porque há um movimento crescente de cidadãos, de públicos, de visitantes no nosso território. É sinal que a economia pode ser potenciada ainda mais e já está a ser potenciada.

Relativamente à Ciclovia, há realmente um estudo na Câmara, Luís, sobre isso, mas não há projeto nenhum sobre essa ciclovia. É vontade minha fechar um assunto que me pediram várias pessoas da Gafanha do Carmo, no passeio dos Maiores Sobre Rodas, da ligação da Gafanha do Carmo à Gafanha da Boa Vista, porque muitas das pessoas gostam de fazer a romagem à Nossa Senhora de Vagos e sentem-se inseguras no trânsito, nessa via. Temos que melhorar, talvez, a limpeza das bermas e apelo aqui também à tua condição de autarca de Junta de Freguesia e ao senhor Presidente da Junta, João Braga, para que melhoremos aquela condição, que possamos até retificar, quiçá, aquelas bermas para que as pessoas possam circular pelo lado esquerdo. Dá-me ideia que é mais favorável de quem vem do Carmo para a Boa Vista, mas poderíamos fazer essa gestão. Estarei aqui para vos ajudar a fazer isso, porque fizemos em vários sítios e resultou. Já tinha sido um trabalho, também com anterior Executivo, que tínhamos feito e tínhamos conversado sobre isso.

Relativamente à Creche. Nós, aquilo que estamos a lutar, ainda, perante as situações co, que nos deparámos, das irregularidades com que nos deparámos, não só com o edifício, mas também com o projeto, estamos cientes que a Segurança Social ainda poderá retomar o nosso processo, avaliá-lo de forma positiva e nós passarmos à obra. Penso que seja esta a resposta que te dei algum tempo. Não tenho outra resposta nova para te dar. Neste momento, não tenho outra resposta.

Aquilo que nós estamos a lutar, tanto a Gafanha da Nazaré como a Gafanha do Carmo, é que sejam dotadas com duas novas creches. Portanto, na Obra da Providência a situação demorará mais algum tempo para se resolver, mas também estamos, neste momento, embrulhados porque eles receberam o processo indeferido e depois não comunicaram em bom tempo. Nós fomos à procura daquilo que tinha sido a resposta, mas penso que podemos chegar aqui a bom porto com estes dois projetos e julgo que no final do ano poderá haver o lançamento de novas oportunidades de candidaturas para Creches. Nesta política do Governo de creche e pré-escolar também temos sentido uma importância capital e uma procura também daquilo que é o pré-escolar público. Como sabes, ainda temos muitas respostas no pré-escolar privado e, portanto, há aqui alguma dificuldade. As famílias estão a optar pelo público porque convencionalmente não se paga, não é? E, portanto, há essa procura. Estou convencido também do trabalho que temos vindo a fazer.

Deixo esta nota, também no seguimento da creche pré-escolar: se ano passado abrimos mais um, este ano, possivelmente, vamos abrir mais duas ou três situações de sala de pré-escolar pela procura crescente que tem havido no nosso território. E também por estas condicionantes, ou seja, por esta posição do Governo da gratuidade do pré-escolar.

Eu penso que não deixeis nada para trás. Senhor Presidente dou por terminada a minha intervenção. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:43:59")

«Só partilhar aqui algumas palavras, dado que eu, pessoalmente, fui visado, e a Mesa também, e, portanto, toda esta Assembleia Municipal.

Mas com tranquilidade, sem nervosismo e de forma transparente, dizer os que não podemos ser ingénuos, nem aqui, nem lá fora.

Foi com alguma surpresa que eu ouvi as palavras de José Pinto Reis depois de termos aprovado, aqui, por unanimidade, sem qualquer reparo a ata número 17, e depois de termos tido uma reunião da Comissão de Líderes em que o primeiro ponto foi avaliação do primeiro semestre da Assembleia Municipal. Portanto, nada foi levantado ou pouco ou nada foi levantado.

Portanto, hoje o foco desta Assembleia Municipal - e amanhã temos tema para programa de rádio - é o Presidente da Assembleia Municipal.

Estou tranquilo, estou absolutamente seguro, a Mesa está absolutamente segura, do trabalho que se está a fazer. Creio que nunca houve tanta comunicação entre a Mesa e os Digníssimos

representantes e líderes dos Grupos Municipais, todos nós temos os contactos de todos nós, portanto, eu estou 24 horas disponível para receber qualquer chamada vossa.

O que é que vos posso dizer? Posso dizer que estamos, repito, tranquilos, conscientes do trabalho que estamos a fazer. Sabemos que o nosso trabalho está a ter visibilidade lá fora e não estou a falar do meu, nem dos meus secretários, estou a falar do trabalho desta Assembleia Municipal. Cada vez mais este trabalho tem eco lá fora e, portanto, não vamos deixar de fazer.

Não vou entrar em particularidades. As palavras são as que são e, portanto, foram as que foram ditas na altura e agora.

O grave aqui, na sua intervenção, José Pinto Reis, foi a tentativa ou a criação de um anátema a sobre a Mesa. Está no facto de ter indiciado que o nosso membro do Núcleo de Apoio da Assembleia Municipal praticou o crime de falsificação de documentos. E o senhor insinuou que a Mesa foi cúmplice dessa falsificação, desse crime. Portanto, o mesmo é dizer que também cometemos esse crime de falsificação. Por isso, atendendo e tendo esta leitura por parte da Mesa, o que a Mesa vai fazer é tomar as providências adequadas ao caso. Porque nós não queremos quebrar esta transparência que tanto prezamos desde o início do nosso mandato, ok?! É só isso que eu quero dizer. Muito obrigado.

Não sei se alguém quer defender a honra ou algo assim? Muito bem. Vamos seguir então com tranquilidade os trabalhos. Querem fazer um intervalo? Vamos fazer um intervalo de cinco minutos.”

Os trabalhos foram interrompidos, por indicação do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, por cinco minutos, às 22:47. (01:43:59”)

Os trabalhos foram retomados às 22:56.

Período da “Ordem do Dia”

Ponto 1. "Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 16MAR2023 a 31MAI2023".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:56:40”)

«Meus senhores, tomem os vossos lugares, vamos reiniciar os trabalhos, está bem? Muito bem. Concluído que está o PAOD vamos entrar na Ordem de Trabalhos, na Ordem do Período da Ordem do Dia, desta Sessão Ordinária com o Ponto 1 “Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 16 de março a 31 de maio. Começo por dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:57:14”)

«Muito obrigado, senhor Presidente. Não terei muito a dizer. O documento foi apresentado aos senhores Autarcas e, portanto, algum esclarecimento adicional ou alguma sugestão de melhoria estarei disponível para o fazer. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:57:29”)

«Muito bem. Vou então abrir agora as inscrições para a discussão deste Ponto um. O Chega inscreve-se. Sérgio louro. Do PS quem se inscreve? Temos a Diana Gandarinho, o Luís Leitão e a Sónia Fernandes. Do 'Unir'? Só o Rui Rufino. E do PSD? Muito bem, então temos o Flor Agostinho. Vamos começar pelo PS.»

Sónia Fernandes, PS: (01:59:10”)

«Hoje trago só que dois pontinhos para o senhor Presidente ou para a equipa da Vereação. O primeiro está relacionado com o Plano de Atividades, com o ponto sobre preparação da época balnear. Pedia que, se pudessem ser mais detalhados na explicação do que é essa

preparação da época balnear e o que é que os munícipes tanto da Barra, como da Costa Nova, podem contar este ano nessa preparação.

E de novo gostaria também de dizer que fiquei feliz com a limpeza, na praia do Oudinot, das águas. Pena que já venha tarde e que mais uma vez não tenhamos, este ano, a Bandeira Azul. O que me leva a questionar se isso será algum dia um objetivo. Por isso também deixo aqui a questão, se a Câmara assume ou não assume o objetivo de concretizar a que voltemos a ter a Bandeira Azul na praia do Oudinot.»

Diana Gandarinho, PS: (02:00':35")

«Hoje vou fazer uma análise mais incisiva num tema particular, diferente do que fiz na última atividade. É sobre as políticas da Juventude, no fundo. Há um ano eu vim aqui defender que devíamos estar focados em obter a pontuação máxima no Selo do Município Amigo da Juventude. E não era porque o Município precisava de mais diplomas com estrelas, mas sim porque precisava de políticas de juventude estruturadas em evolução. O “Unir Para Fazer” reconheceu, e reconhece, esta necessidade. Na altura, o senhor Presidente assumiu, numa comunicação da Câmara, ter ambição para desenvolver e implementar políticas da juventude cada vez mais influenciadas pela iniciativa e participação jovem. Também na altura, a bancada do ‘Unir Para Fazer’ me dizia, pendo que foi o senhor Rui Rufino, que me dizia que também tinham esta ambição e queriam trabalhar para as três estrelas. Agora recebemos o selo de 4 estrelas e isto podia ser uma notícia feliz, mas não é porque o que mudou foram as designações das estrelas. É que continua em falta, por exemplo, o Plano Municipal da Juventude.

Já no ano passado falei de várias coisas que seriam importantes, mas eu vou focar-me no Plano Municipal da Juventude porque é um critério fundamental para melhorar a qualificação do selo. É. Mas é mais importante que isso, tal como falei, permite o diagnóstico e o planeamento das políticas autárquicas da juventude. O que seria importante que é para nós chegarmos à reunião do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, o final deste ano, e ouvimos novamente o senhor Presidente a dizer que as políticas da Juventude, afinal de contas, não vão ter o desenvolvimento que nós gostaríamos que tivessem.

Em linha com este tema, o Conselho Municipal da Juventude é outro tópico que eu não posso deixar de abordar. Uma vez mais, não é sobre estrelas, é sobre o impacto que cada critério tem o potencial de gerar. O senhor Presidente afirmou por várias vezes que a dinamização do Conselho Municipal da Juventude era um dos seus objetivos, mas a dinamização eficaz requer mais do que só organizar as quatro sessões durante o ano. Eu gostava de saber se participaram, por exemplo, no Encontro Nacional de Conselhos Municipais de Juventude, que decorreu este mês. Mas eu sei que isto é deste mês e provavelmente terei que esperar pela atividade do próximo mês para saber. Portanto, eu questiono se têm conhecimento da Carta A 3 e da bolsa de projetos que foi criada na edição de 2021 deste mesmo encontro que eu refiro. Se realmente o UPF ainda tem a ambição de trabalhar melhor e mais com e para a juventude, é necessário agir o mais rápido possível. Olhar estes pontos que parecem estar a passar ao lado e preparar para as Grandes Opções do Plano no final deste ano. Obrigado.»

Luís Leitão, PS: (02:04':03")

«Eu queria, sobre esta esta parte da atividade, só deixar uma nota a mais, até na sequência daquilo que foi a intervenção final do senhor Presidente da Câmara, que eu acho que este tema do RGPD já está suficientemente discutido. Mas estando também na atividade da Câmara importa aqui eventualmente interpretar as coisas. Talvez tivesse ficado melhor a todos mostrarmos o nosso desconhecimento sobre estas matérias, a nossa falta de preparação generalizada sobre as questões do RGPD. E aplicarmos aquilo que se usa na vida, na comunidade, como um princípio básico orientador que é o bom senso. E, portanto, se aplicássemos, no meio da ignorância, uma dose de bom senso não teria feito mal nenhum. E o que é que aconteceu? Talvez se nós quisermos interpretar o que é que aconteceu com a questão da Assembleia Municipal Jovem, talvez possamos entender.

A questão do RGPD é uma questão muito complicada. É uma situação que anda a ocupar a vida das empresas, das comunidades, há alguns anos. E isto é fruto das situações que a comunidade, nomeadamente o mundo ocidental, acabou por criar, muitas vezes, no excesso da defesa de alguns dos direitos, monstros e entramos em caminhos sem saída. Portanto, aquilo que os americanos começaram a criar, que transportaram muito bem para o modelo europeu criou um conjunto de leis, todas elas, em muitos casos, fundamentalistas, e entrou-se num turbilhão de situações que nunca mais param. E o RGPD, mais ou menos, é isto. Então, face à incompetência ou, se calhar, perdoem-me, face à incapacidade que cada um de nós tem para estudar o chorrilho de legislação que vai sendo colocada, face ao comodismo

e à preguiça de muitas organizações que não fazem seus trabalhos de casa, o que é que nós fazemos? Vamos a umas reuniões e ouvimos falar que há uns senhores que vendem assessoria para estas matérias. E então, as entidades, as câmaras não são exceções, as 'ciras' desta vida são um exemplo, delegam todos numa entidade a quem pagam para lhes dar os seus bitaites. Alguns sob forma de pareceres, muitos deles ainda sob a interpretação do bitaite. Porque é que eu digo bitaite? Porque cada parecer que nós conseguimos, encontramos outro a fundamentar, precisamente a situação contrária. Esta Câmara é exemplo, esta Câmara não, eventualmente ainda, este Executivo, de situações destas. Para contrapor um conjunto de circunstância, aquilo que aconteceu é que no dia 14, salvo erro, de abril, há uma reunião na CIRA em que se contratam os serviços de uma entidade externa para preparar isto. E como quem não faz o trabalho de casa, e consta aí no vosso relatório que só houve uma reunião, vai lá tudo, como nas nossas empresas e nas nossas organizações, que ainda não estou bem lá, todos cheios de medo porque eles venderam uma ideia: vem aí o papão. E como vem aí o papão e as multas são de milhões ou se é tolo e não se obedece àquilo que nos dizem, ou, então, diz o bom senso, não é?, que deveríamos também falar com os advogados internos, com o assessor que contratamos, que é pago também para dar os seus pareceres. E, portanto, se o assessor, anteriormente, ainda não tinha levantado qualquer questão para um ano e meio de mandato de transmissões, se calhar o bom senso, a vontade de querer fazer as coisas, porque só tínhamos tido uma reunião e tinha decorrido um mês e meio até à Assembleia Municipal Jovem, deveríamos ter pensado todos: "oh meus senhores das escolas, temos aqui um problema, como é que vamos contornar isto". E ninguém fez coisíssima nenhuma. Estava tudo cheio de medo. E é esse bom senso e essa circunstância, e era essa, se calhar, a atitude que nós deveríamos ter entendido aqui, nesta reunião... "nós ainda não estudamos bem a lição. Como é que todos, sem colocar em causa o bem comum que era a transmissão da Assembleia Municipal Jovem, como é que nós vamos contornar esta situação ou como é que vamos fazer". E sim, o senhor Presidente, responsabilmente, tomou a atitude mais defensiva, provavelmente não a decisão correta.»

Rui Rufino, UPF: (02:09:01")

«Venho então dar algumas notas relativamente ao último relatório sobre a atividade municipal. Deste relatório da atividade municipal, que incide sobre dois meses e meio, de meados de março até ao final de maio, transparece um grande dinamismo manifesto nos múltiplos domínios de atuação da Câmara Municipal. Alguns destaques.

Antes de mais, assinala-se a organização do Festival do Pão de Vale de Ílhavo, com a confirmação da aposta em realizá-lo no Jardim, a confirmação de que foi uma aposta com sucesso. E do Festival. Gastronómico "Vamos aos Cricos", o que correspondeu a preocupação por valorizar as tradições de Ílhavo e por fomentar o crescimento da economia local, consequência direta na vida das pessoas.

Importa mencionar também a contínua preocupação com os mais velhos, para o que se realizaram múltiplas iniciativas, desde a pluralidade e diversidade de projetos no âmbito do Laboratório do Envelhecimento até à participação e coorganização das Idolfiadas. Referência também para o Balcão da Inclusão, o qual esperamos que venha a ter um papel relevante na melhoria das respostas que se poderão dar às pessoas com deficiência ou com alguma limitação.

Relativamente ao ambiente, importa salientar, até na sequência daquilo que foi aprovado na última Assembleia Municipal, a abertura do concurso para instalação de uma rede com 18 carregamentos para veículos elétricos em todas as freguesias do Concelho de Ílhavo.

No âmbito da modernização e transição digital, destaque para a instalação do Painel Interativo no espaço da receção do edifício municipal, onde se pode consultar a informação institucional referente à vida do município, o que se traduz numa ação inovadora e pioneira por parte da Câmara Municipal, desmaterializando e facilitando o acesso à informação a todos os interessados.

Além destas iniciativas mencionadas aqui, muitas outras mereciam referência, mas aquilo que importa enfatizar, acima de tudo, é a capacidade deste Executivo em impor uma dinâmica capaz de atuar em várias frentes naquilo que é uma celebração e uma tradição anual, naquilo que é um recurso inovador, mas também naquilo que são as necessidades diárias dos munícipes. Nunca podemos esquecer o quotidiano daqueles que vivem no Concelho de Ílhavo e na importância que tem manter uma permanente atenção para os seus problemas, contribuindo, sempre que possível, para a sua resolução. Nestes dois meses e meio registaram-se 193 alertas, pedidos de intervenção e reclamações, tendo 98 deles já sido resolvidos ou encerrados, tendo já sido dada a devida resposta ao munícipe. As restantes

comunicações encontram-se em análise nas respetivas unidades orgânicas para que se possa encontrar a melhor resposta ao problema colocado. Nunca se pode desprezar, nem desvalorizar as preocupações diárias das pessoas. É para elas que devemos trabalhar, é a elas que devemos servir.

Fundamental também a preocupação que temos mantido, desde o início do nosso mandato, com a manutenção dos espaços e dos edifícios públicos. Assinalar, por exemplo, as obras de reabilitação da piscina de Vale de Ílhavo, entretanto já inaugurada, e os procedimentos para a reabilitação das coberturas do edifício socioeducativo de Gafanha da Encarnação e da Escola Primária da Costa Nova. Isto tudo, sem esquecer o esforço para assegurar o equilíbrio orçamental, conseguindo-se reduzir a dívida a fornecedores e a entidades bancárias em cerca de 800.000 euros, relativamente ao ano 2022.

Podemos afirmar, quando estamos quase a completar o segundo ano do nosso mandato, que este é o momento que corresponde à consolidação da governação por parte do Executivo eleito pelo movimento 'Unir Para Fazer', estando-se a trabalhar para o curto, para o médio e para longo prazo. O curto prazo das atividades que resolvem os problemas imediatos que vão surgindo no dia a dia das pessoas. O médio prazo da realização das celebrações que vão ter lugar ao longo de todo o ano e que têm de ser preparadas com tempo, com muita antecedência. Como é óbvio, todos percebem que a organização, por exemplo, de um Festival do Bacalhau tem que ser feita com muitos meses de antecedência. Não é só a sua concretização, que é atividade municipal, mas também a sua preparação, que a torna possível, também é atividade municipal. E, ainda, o longo prazo das grandes obras estruturais que garantem, podemos afirmá-lo já com toda a segurança, a reabilitação do Centro de Saúde de Ílhavo e a Reabilitação e Ampliação do Centro de Saúde da Gafanha de Nazaré. Sim, é mesmo verdade. Vamos ter centros de saúde mais modernos, adaptados às exigências e às necessidades dos utentes. E foi o trabalho deste Executivo que tornou esta possibilidade real, enquanto continuava a garantir a realização de todas as outras atividades de curto e médio prazo, e pela capacidade de trabalhar esta simultaneidade em diferentes frentes, todas necessárias e complementares, que afirmo ter chegado o momento da consolidação na prática governativa.

Esperamos agora que o sucesso alcançado relativamente ao financiamento dos centros de saúde também se verifique relativamente à reabilitação das escolas Secundária João Carlos Celestino Gomes, básica José Ferreira Pinto Basto e básica Professor Fernando Martins. A este propósito aproveito para perguntar ao Executivo como está o processo de reabilitação das escolas, se há razões para estarmos otimistas e acreditarmos que vamos ter também escolas mais modernas e atrativas?

E todo este labor não é mais que a lealdade e o respeito que mantemos em relação ao nosso compromisso e aos nossos eleitores. Para pôr as pessoas em primeiro lugar, é fundamental assegurar a melhoria das condições de serviço de dois dos nossos bens mais essenciais, a saúde e a educação. Mas por as pessoas em primeiro lugar é, também, responder positivamente às necessidades conjunturais. Apontarmos para o futuro sem esquecer o presente, pois não chegaremos ao futuro se não tivermos presente. E o Presente passa por cuidar daquilo que já existe. O que fazemos de novo? Não tem necessariamente que envolver uma rutura, mas sobretudo um aperfeiçoamento, uma melhoria que aproveita, que avança sempre de forma construtiva e positiva. Esta é a nossa forma de estar. E ninguém nos fará mudar isso. Será assim que faremos do Concelho de Ílhavo um lugar melhor para viver.»

André Guimarães, PSD: (02:16:46")

«Antes de avançar aqui com as minhas notas, eu gostava mesmo de falar sobre esse privilégio que o público teve hoje, porque o público viu hoje que o movimento 'Unir Para Fazer' é igual a um partido. Aquilo que nós vimos aqui, hoje, foi um exemplo daquilo que é um partido. Quando está à beira de eleições internas, por vezes. Eles aparecem todos a querer falar, a fazer barulho, a ver quem fala mais alto e a falar de coisas que não interessa a ninguém. E eu digo isto porque também no meu partido acontece igual e tenho que viver com isso.

Portanto, se dúvidas houvesse o que vimos aqui, hoje, é emblemático daquilo que é o 'Unir Para Fazer'... um partido.

Já dizia o Fernando Pessoa, 'porque o homem é hora são uma só, quando Deus faz e a história é feita'. Portanto, não vale a pena dizer que queremos ser outra coisa, quando na verdade é isto que somos, estamos aqui a fazer política, estamos aqui todos unidos, eh pá e somos partidos. Agora uma coisa é certa, eu não venho aqui, e já disse isto aqui uma vez e vou continuar a dizer, não foi comigo, mas foi dirigida a pessoas do meu partido e, portanto, eu tomo como meus. Eu não tomo lições de moral sobre o funcionamento de como é que um partido funciona. As pessoas têm cargos em Freguesias, mas também têm assento nesta

Assembleia, têm a mesma autoridade e a mesma legitimidade para falar, tal como eu e tal como os senhores. Portanto, com esta nota que eu já venho aqui repetir pela segunda vez, e direi as vezes for preciso, até que seja percebido, porque se não é percebido à primeira vez a culpa é do emissor e não do recetor. Então eu direi mais vezes até que se perceba.

Dito isto, vamos aos assuntos que são importantes. A atividade municipal.

Nós temos aqui, novamente, um relatório extenso, já passámos as 100 páginas. Era bom que o dinamismo de uma Câmara Municipal se fizesse a contabilizar pelo número de páginas que está no relatório, mas isso é outra conversa. Vamos então aos pontos e ao conteúdo desse relatório.

Página 65, áreas de reabilitação urbana. No âmbito das áreas de reabilitação urbana, iniciaram-se os trabalhos para a ponderação relativamente à ARU existente no Município de Ílhavo e possibilidade de limitação de novas ARU, deste tipo, noutras zonas. A minha pergunta é, onde vão ser estas zonas? Será que as outras freguesias deste Município podem aspirar ter ARU? Onde, como, em que moldes e quando? Porque, de facto, ter uma ARU, ou seja, uma área de reabilitação urbana, pode ser essencial e determinante para benefícios fiscais em momentos de reabilitação urbana, obras, enfim, numa altura em que a habitação está em crise.

Página 67. Podemos ter acesso à plataforma de áreas de interesse ao investimento? Pergunto eu. Porque o que diz é que já temos aqui uma plataforma bastante interessante visualmente, aqui, com um exemplo muito interessante, eu gostava de ir lá clicar. E por isso mesmo, pergunto, quem é que está a ter acesso a este *dashboard* para consulta, com acesso a alguns utilizadores? Quem são estes utilizadores? Quem é que está a fazer uso desta informação? Atualmente, quem é que pode ter acesso a esta informação? Sobretudo numa altura em que estamos todos muito dedicados em saber quem é que tem acesso a informações. Pergunto e gostava de saber.

Depois, página 90, atendimento social. Eu já fiz esta questão aqui uma vez, como vi a Câmara a questão da assunção das competências na área da ação social e, portanto, acompanhamento aos processos de RSI. Eu li que nós temos dez técnicos que estão associados ao Protocolo - eu percebi que estamos a falar de dez técnicos – que estão nesta equipa a fazer este acompanhamento, assumo se tiver errado que me corrijam, mas que temos, e isso está lá escrito e bem patente, 624 processos de acompanhamento, entre RSI e outra sigla que eu não sei qual é, mas imagino que tenha a ver com processos socialmente sensíveis e que, portanto, necessitam de acompanhamento. Sim... “SAJ.” Eu não sei o que quer dizer isso e assumo aqui, com toda a minha humildade, que não sei e não tenho problemas nisso. Sobre os 624 se nós estamos a falar que temos dez técnicos para acompanhar 624 processos, nós estamos a falar que se um funcionário público trabalha 35 horas por semana só pode dedicar cerca de uma a duas horas por semana em cada processo. Isto a fazer contas de merceeiro. E eu pergunto como é que, porque é isso que me falta sempre nestes relatórios, a avaliação da Câmara perante os números, e é por isso que eu faço este papel de vir cá perguntar, como é que a Câmara vê estes números, se realmente estamos a falar de dez técnicos ou estamos a falar de mais? Se estamos a falar de outro modelo de funcionamento? E, se sim, qual e se isto é problemático? Quais é que são as medidas que estão a ser pensadas para alterar?

Por fim, página 11. Vejo com muito agrado que estamos também a trabalhar num nos elementos de um plano de prevenção de riscos de corrupção. Isto corre, eventualmente, de leis e regulamentos, está lá explicado. Aquilo que eu quero saber é: qual é que é o objetivo deste plano, se realmente é um plano para meter na gaveta, ou se é um plano que, realmente, vá provocar diferenças e se há já sensibilidades que foram detetadas. Porque não há nenhum problema em dizermos isso desde que, depois, então possamos corrigir o que há para corrigir. Para já, são estas as minhas perguntas sobre interesses que interessam às pessoas e à sociedade ilhavense.»

Margarida Alves, PSD: (02:22':58")

«Eu queria dar uma nota prévia para o que assisti hoje, aqui

Concordo com o André. Hoje nós tivemos aqui, de facto, o cair da máscara, ou começa a cair a máscara. Porque num relatório onde se fala tanto em festas, festivais e pouca obra, as coisas começam a ser visíveis.

Eu fico, de facto, preocupada quando nós vemos um relatório com estatísticas e com números e estão preocupados com a proteção de dados, com impacto direto com aquilo que aconteceu na Assembleia Municipal Jovem, e já lá irei, mas estamos preocupados em ter mais de 22.000 gostos na página da Câmara Municipal no facebook, foram realizadas 225 publicações, o alcance médio de 441.386, obtido 400. E onde é que está a proteção de dados de todos os

cidadãos que apresentam nestas imagens? E gostaria de perguntar, diretamente ao senhor Presidente da Câmara, quem é o encarregado da proteção de dados da Câmara Municipal de Ílhavo. E se, no âmbito CIRA, existem nomeados encarregados para a proteção de dados em todas as câmaras. Se houve reuniões, se não houve reuniões. Porque se existe encarregado, não precisamos de contratar fora. Esse encarregado tem que ser comunicado ao organismo que regulamenta a proteção de dados. Portanto, nós andamos aqui a brincar, desculpem lá, com assuntos muito sérios. Mas esta pergunta é objetiva, quem é o encarregado de proteção de dados da Câmara Municipal de Ílhavo? Gostaria desta vez que o senhor Presidente da Câmara, que tem o hábito de não me responder, nesta questão me respondesse. Porque a questão jurídica, eu não sou jurista, não tenho capacitação para fazer interpretação da lei, que é extensa, europeia, é complicada, mas eu trabalho numa instituição onde a proteção de dados é de um rigor tal que os regulamentos são mutáveis, estão sempre em transformação. Mas eu sei quem é o encarregado da proteção de dados na instituição onde eu trabalho, seja pública ou privada. E o senhor Presidente da Câmara não me responde às perguntas que eu faço, mas esta pergunta faço-lha diretamente e gostaria de ter, de facto essa resposta, porque nunca foi apresentado aqui nesta Assembleia.

De forma a que o senhor Presidente da Assembleia Municipal, que aqui é tantas vezes visado... Porque é assim, em bom rigor, quem visa o Presidente da Assembleia Municipal está a visar qualquer membro da Assembleia Municipal, porque ele é o representante eleito por todos os membros da Assembleia Municipal. Portanto, se ele é visado, para bem e para o mal, eu também sou visada, para bem e para o mal. E acho que estas coisas não podem acontecer de ânimo leve. O senhor Presidente da Câmara, desculpe lá, não tem que intervir na forma de trabalhar da Assembleia Municipal, porque o senhor aqui está para responder a perguntas. O Regimento é claro. Quem gere a ordem de trabalhos da Assembleia Municipal é a Mesa, que foi democraticamente eleita pelos membros eleitos. Senhor Presidente da Câmara, peço desculpa, os seus considerandos já começam a ser demais e excessivos perante um órgão autónomo que é a Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tem a preocupação de chegar aos jovens. Existe uma Assembleia Municipal de Jovens. Existe a possibilidade de fazer com que esses jovens percebam, porque há pessoas que têm pretensão e fala-se aqui na Assembleia da República, eu falo na Assembleia Municipal de Ílhavo, de participarem. Provavelmente aparecerão, também, se calhar, poderemos fazer depois daqui um concurso de visualizações no facebook, na página da Assembleia Municipal de Ílhavo e provavelmente os números aqui poderão também ser um bocado jogados. Não vamos fazer isso, naturalmente. Mas se queremos chegar aos jovens, temos que dar motivos de interação com a população. Não é só dizer que foi feita uma Assembleia Municipal de Jovens, organizada e deliberada pela Assembleia Municipal de Ílhavo. Parabéns, Assembleia Municipal de Ílhavo por quererem chegar aos jovens.

Agora, o Executivo é que parece, na pessoa do senhor Presidente, não querer que os jovens cheguem à população. Isso para mim é que é preocupante. Porque se os jovens não chegam à população, a população pensa que os jovens nada fazem, que os jovens não têm linha de pensamento. Não é verdade. Existe linha de pensamento e a Assembleia Municipal quer dar voz aos jovens. E se trabalhamos tanto em comunicação dos festivais e dos jantares e dos dias do Museu, e não vamos promover os nossos jovens porquê? Vamos promover.

E, de facto, nós quando nos apresentamos a eleições, temos uma imagem pública que aparece, naturalmente. Mas a dimensão numa campanha eleitoral autárquica é completamente diferente de uma rede social, porque numa rede social tem uma dimensão nacional e até internacional, mundial. E nós temos que estar salvaguardados na proteção desses dados. Mas qual é o problema? Eu até fiz assinatura digital. Portanto, com certeza, eu até dei os parabéns. Mais vale prevenir do que remediar e as multas são caras, sim, senhor. A lei, nem sempre tem o bom senso de avaliar, e aqui Luís Leitão, avaliar isto com bom senso, porque as coimas são elevadas e as nossas organizações protegem-se sobre isso.

Mas eu gostaria de saber quem é o encarregado da proteção de dados da Câmara Municipal de Ílhavo, que, até hoje não tive.

Outra coisa... de facto, de toda a atividade a solidez financeira que tem o aumento do IMT acima de 700.000 euros, mas do IMI já foi abaixo, porque não sei quê... pronto, mais meio milhão. Investimento?! Não vejo investimento no Concelho. Vejo, na freguesia da Gafanha Nazaré, porem elevações de alcatrão para fazer, presumo eu que sejam, passadeiras, porque não estão pintadas. Mas não se olha se o acesso do passeio está bem para o desnivelamento do nivelamento que foi executado. Eu gostaria de saber onde é que estão os fiscais da Câmara Municipal... os fiscais, não. O próprio vereador, já que andam tanto no terreno, ou o senhor Presidente da Câmara, foram verificar que quem esteja ali com uma cadeira de rodas

ou com um andarilho pode tropeçar no que está no que está a acontecer ali? Deixaram de ter visibilidade de passadeira para ter ali uma faixa negra de elevação e o acesso a quem menos pode. Pode acontecer uma catástrofe. Eu acho que as coisas não se pensam, não se pensam de facto.

Relativamente aos centros de saúde e as obras que vão acontecer e é este Executivo? Não. As obras do centro de saúde de Ílhavo e da Gafanha de Nazaré foram debatidas, em 2017, pelo Executivo anterior. E o Governo da Nação adiou até à descentralização para ver se empurrava isto para as autarquias. E foi feito. E não sabemos qual é a verba que nos vai calhar. E espero que não haja derrapagens, porque se houver uma derrapagem, o Município tem que assumir, não é o Governo. Portanto, faço aqui uma recomendação, se tal me for possível, para dizer ao Senhor Presidente de Câmara que fiscalize-se.

Outra situação que me preocupou muito e que aconteceu nesta Assembleia, foi o facto de se tirar a conclusão que é os Presidentes de Junta que estão alocados ao Partido Social Democrata não tinham voz. Não é verdade. O Luís Diamantino deu o exemplo do PDM, que é verdade, está em ata, é público. Eu também não ouço o presidente da Junta de São Salvador vir aqui falar de coisas que são importantes para a população.

Eu gostaria de dizer que me preocupa que pela primeira vez que estes contratos são assinados, os atos não são públicos. Porquê? Provavelmente, temos receio que a comunicação social depois vá questionar os senhores Presidentes de Junta, se estão de acordo com aquilo que estavam ou que tenham direito à opinião. É a primeira vez que isto acontece. Este ato não foi público. É das nossas Juntas de Freguesia de responsabilidade para com os nossos cidadãos.

E por aqui me fico, para já, para ver se tenho algumas respostas e menos considerandos.»

António Flor Agostinho, PSD: (02:32:48")

«Só venho aqui, enfim, lembrar alguns assuntos que já tinha aqui abordado e que me são caros.

Para já os processos judiciais. Aquela grande bandeira, logo no início do mandato, temos aí dívidas para pagar, problemas por resolver, vai ser uma confusão. O que é que nós constatamos? Há uma tendência generalizada para se resolverem os processos herdados. Estão a ser resolvidos. Alguns com a normalidade e com a cadência com que os tribunais trabalham. E o que é que nós verificamos? Também estão a crescer os novos processos. Cada vez começam a aparecer mais processos. Como nós diríamos no passado, isto é um processo normal. É o resultado da prática normal de qualquer autarquia, como sempre o dissemos nesta Assembleia. Portanto, há processos que se vão resolvendo e há processos que se vão acrescentando. Já o dizíamos e continuamos a manter.

Depois gostava de falar na situação financeira. Para nós continua a ser excelente aquela tal bolsa ou aquela tal mofada ou mochila, ou, não sei o quê. É verdade.

E agora foi dito que tivemos uma receita extraordinária no IMT. O IMI está a diminuir, como é óbvio. Se o diminuimos a taxa o IMI tinha que reduzir.

Mas também verificamos que há um bom nível ao nível da receita cobrada, já há uma redução ao nível da despesa efetuada. E o que é que isto quer dizer? Como foi dito, acabou de ser dito, isto quer dizer que o investimento é menor. Por outro lado, temos, como nós desejávamos, uma redução da dívida que tem vindo a decrescer de forma sustentada e como tinha sido programado já no Executivo anterior. Conclusão de tudo isto, a situação financeira da Câmara continua a ser muito boa, e espero bem que sim porque vai ser preciso no futuro. Depois temos aqui o alcatroamento das estradas no Concelho, em especial aqui em São Salvador. Eu acho que devo enaltecer esta medida, pois que os buracos eram demais. Então na 109 aquilo era um caos. O tapar dos buracos ficou, para mim, enfim, razoável e suficiente, mas gostava de alertar aqui para um problema. É que ao fazer aqueles pedaços de alcatrão, desapareceu a sinalização horizontal. Isto, mais dia, menos dia, pode causar alguns problemas quando começarem a acontecer acidentes, porque eu estou mesmo a ver que as seguradoras vão criar litígios porque não existe sinalização, e as seguradoras aí vão fugir das questões. É urgente sinalizar aquilo que não está sinalizado e que desapareceu, porque em algumas zonas tínhamos contínuos e agora desapareceu o contínuo. Nalgumas zonas tínhamos descontínuos e já não sabemos se é contínuo ou descontínuo. Eu acho que este é um problema gravíssimo que se pode vir a pôr. E depois, lá temos mais processos judiciais a caírem sobre a Câmara, a pedir indemnizações às seguradoras.

Gostava também de enaltecer a limpeza das areias dos passadiços da Barra e a humildade que houve, e que está escrito, em dizer que também aproveitámos para substituir algumas das tábuas, ou seja, do piso. Infelizmente, não substituíram tudo e penso que ainda há muitas situações graves ao nível do piso dos passadiços que podem causar graves acidentes às

pessoas que vão convencidas que podem circular descalças e isso não é possível. Gostava que tivessem atenção a este assunto e que o resolvessem, porque senão eu acredito também, agora, com a época balnear...

Vamos saber daqui a bocado qual é a estratégia para a época balnear. Não sabemos. Será que passa só pela retirada das areias? Será só isso? Não sabemos.

Depois, sobre o restante limito-me a agradecer o conteúdo do texto que não é mais do que a atualização do texto anterior. Pois não conseguimos ali encontrar grandes novidades, nem grandes ideias, nem perspetivas de novos investimentos, inovadores e criadores para este Concelho. Para além dos centros de saúde, que já sabemos. Das escolas que vamos ouvindo falar. Como sabemos, não serão processos fáceis, já aqui foi dito. Podemos acrescentar mais alguma coisa sobre estes processos e sobre a gestão dos PRR e o que é que poderá ser a surpresa, porque ela está a surgir a muitas entidades. Mas pronto, há de chegar a altura em que estaremos aqui para ajudar e colaborar nas decisões que forem precisas. E saber também que os registos terrenos, afinal, têm que se resolver porque o problema estava no Governo. O Governo é que não tinha as escolas, nem tinha os centros de saúde devidamente registados. E agora é preciso que o Governo faça os registos para que depois haja as transferências para a Câmara Municipal de Ílhavo. Acho que este problema, felizmente, vai-se resolver porque os governos, nós sabemos como é que isto é, protelam, protelam, protelam e depois as questões não estão resolvidas, não é? Para ser nosso, tem que primeiro passar pelo primeiro dono que foi Estado ou foi o Governo. Tenho dito.»

Sérgio Louro, CHEGA: (02:38:44")

«Senhor Presidente. Referiu que o senhor Vereador ia responder a algumas questões colocadas por mim, mas eu vou é reforçar o que disse há pouco.

Portanto, nomeadamente na questão de diferentes barracas que podemos todos nós ver espalhados pelo Município. Dei o exemplo de uma, bastante recente, na rua das Barrocas, que é uma rua entre a Carvalheira e Vale de Ílhavo, mas se fizermos um passeio ali pela via da Barquinha, podemos encontrar mais algumas habitações que, caricatamente, têm rodas, mas já têm lá energia e água, também. E se estivermos também atentos, também vamos encontrar mais um edifício de habitação, se é que é assim que se pode chamar, junto à primeira rotunda da Gafanha da Encarnação, do lado oposto à loja social, e por aí fora. Portanto, acho que é um assunto que carece de resolução. Em concreto, esta barraca que apareceu agora, recentemente, ali na rua da Barroca. Não conheço a pessoa em causa, diria que é uma pessoa que deve ter algumas dificuldades e, como atrás disse, se calhar é uma pessoa que precisa do nosso apoio social. Também não obtive resposta quando pensam pintar os quebra-molas que estão para aí um pouco espalhados por todo lado, e muito bem, para disciplinar as pessoas que andam em velocidade exagerada nas nossas aldeias.

E já que vamos ter obras, vim a saber aqui, pelo UPF, que vamos ter obras, então faz sentido nessas obras pensar num plano para, de uma vez por todas e de forma progressiva, começarmos a enterrar as infraestruturas elétricas e assim. E nessa mesma altura também aproveitarmos as mesmas condutas e passar por lá todas as infraestruturas de telecomunicações. É que cada vez mais vão ficando pior. Até sugiro que comece pela sua aldeia, pela Gafanha de Aquém. Como eu pude referir aqui, na minha intervenção, ganhou o prémio, não é? Mas agora vou observando que há outros sítios a ficar pior que a Gafanha de Aquém. Portanto, há que realmente olhar para isto de forma séria e resolver, porque se há alguém que é responsável é o Executivo da Câmara. Se as empresas de telecomunicações, fazem o que fazem, porque não estão a ser fiscalizadas, é, portanto, única e exclusivamente da responsabilidade do Executivo da Câmara que não está a fazer o seu serviço. E eventualmente, solidariamente, os presidentes da Junta de Freguesia. Porque eu não posso admitir isto. Já aqui foi falado três vezes este assunto e continuamos a ver a mesma pouca vergonha. Portanto, chegam lá os indivíduos, subcontratados pelas empresas de telecomunicações, e fazem o que querem e lhes apetece, e ainda sobra tempo. Obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:41:43")

«Muito obrigado. Passo então agora a palavra ao senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:41:47")

«Muito obrigado, senhor Presidente. Começar aqui por um pequeno esclarecimento à dona Margarida Alves. Portanto, o EPD que tem contrato conosco chama-se Juliana e é da empresa DPO, que está a trabalhar conosco. Relativamente ao que fala sobre a solidez

financeira, não está a dar nenhuma novidade, portanto. Nós também não estamos a dar nada que não seja a transparência total daquilo que estamos a fazer. E depois, parece-me que o seu discurso é um bocadinho repetido, mas olhe, fico contente por ouvir falar sempre das mesmas coisas, da mesma forma e no mesmo tom. É bom.

Relativamente aos Presidentes de Junta, eles são livres de fazer as suas intervenções quando quiserem, a quem quiserem. Não impeço, nem um momento, que eles o façam. Nem um momento. E todos os atos não têm que ser iguais ao passado, nem têm que se repetir. Fazemos da forma livremente como os queremos fazer.

Relativamente à senhora Sónia Fernandes. Depois, o senhor Vice-presidente se quiser acrescentar mais alguma coisa. Relativamente à preparação da época balnear, é preciso que as situações na praia, nomeadamente àquilo que é a possibilidade que algumas pessoas tiveram de concorrer para os seus bares, pudessem acabar as suas obras para podermos iniciar a época de praia.

Vamos tentar, dia 3, abrir oficialmente esta situação, com a permissão de hastear duas bandeiras Azuis na Praia da Costa Nova e na Praia da Barra. Penso que isso já tinha sido vinculado pela Terra Nova, pela atribuição das bandeiras azuis e dito nos meios de comunicação social, valorizando sempre esse trabalho. A praia do Oudinot, com os problemas todos que têm tido, fico contente também das suas observações, mas ainda não é possível ter a praia com uma bandeira azul pela condição da água e pelos problemas que tem havido nos anos anteriores. A Câmara continua a contratualizar um serviço de fiscalização permanente da qualidade da água naquele espaço do nosso território.

Relativamente à Diana Gandarinho, já falou muito sobre o Plano Municipal da Juventude, continua a falar. Eu vou trabalhando na matéria. Julgo que os indicadores que dão uma nova pontuação ao Município nada têm a ver com o passado, mas acredito que a sua especialização nessa matéria é grande e, portanto, vou-me remeter ao silêncio.

Olhe, mais uma vez, calando-me ou não, vamos tentar, sim, trabalhar nesta questão das Grandes Opções do Plano e convidá-la-ei para trabalhar sobre essa matéria. Se percebi mal aquilo que quis falar, peço imensa desculpa.

Senhor Luís Leitão, gostei muito da sua intervenção. Acho que já o podia ter feito na primeira intervenção e tinha silenciado muitas das pessoas que estão aqui a falar e disse uma experiência muito real das empresas que estão a passar por estes problemas. Eu conhecedor e com um bom relacionamento ainda com as empresas, tenho visto realmente este problema do RGD ser um problema mesmo grande e realmente assustador. Assustador. E mais não lhe posso dizer porque houve fiscalizações no Município de Setúbal e outros, e veja as coimas que estão passadas, já, sobre esses valores. Portanto, veja como é que um Presidente da Câmara, hoje, trabalha estes momentos. Eu quando vim para esta Câmara, não tinha um único processo em que fosse identificado como titular judicial. Hoje até ouço aqui isto, como brincadeira ou não, parece que criei aqui processos da mesma dimensão dos que estavam cá. Zero. Vou tentar evitá-los todos. Não serei isento. Aceitei este desafio, lancei-me a ele e agora vou ter que o levar seriamente. Portanto, farei isso, com muita responsabilidade.

Senhor Rufino, não vou acrescentar muito mais, portanto. Fez bem, mencionou aquilo que é a nossa informação, aquilo que tem sido a transparência. Acredito e vou lhe dar uma nota também, de muito respeito pelo trabalho que tem feito. Veja o que era feito, veja o que está a ser feito, e se achar que devemos melhorar, foi aquilo que eu pedi na minha intervenção, pois melhoraremos este documento ainda mais. Compare com os últimos anos, veja nos últimos anos, pode ver também na Junta de Freguesia, durante os oito anos que lá estive, o trabalho que foi feito, o que as Juntas de Freguesia fazem, e veja o que é retratar a atividade de uma Junta de Freguesia, o que é retratar a atividade do Município. Aquilo que era feito, muitas das vezes, era a passagem de notícias que já toda a gente conhecia, mas fico-me por aqui. Porque parece que agora caiu aqui os valores todos e agora só nós é que temos valor. E aquilo que andámos aqui a desperdiçar tempo infinito e que podíamos ter feito, não fizemos. Mas agora era o tempo de referir que alguém o fizesse. E não faz porque não quer, e não faz porque não tem hipótese de fazer, e porque vai ser assim, e porque agora até vai deixar dinheiro que vai ser muito preciso para os outros. Espero que não fique cá nem um 'tusto'.

E disse-o já várias vezes. Se eu não conseguir, com os meus colegas de Executivo que estão aqui sentados, ter um maior Orçamento da Câmara executável, aí vou falhar com uma palavra minha. Independentemente do financiamento onde o for buscar, elogiando todos os outros presidentes que cá estiveram e que foram buscar os financiamentos possíveis. Irei fazer o mesmo para este Município. Com a dedicação com que parti é com a que aqui estou, neste momento. O que me vão dizendo até me encoraja mais.

Realmente à sua pergunta, na atividade, realmente, pode haver ali alguma coisa - não tenho agora de memória, porque já a li há uns dias e os assuntos são muito diversificados - na

reabilitação dos centros de saúde. Temos aqui uma questão que é esta. Aquilo que saiu foi um aviso convite e que nós agora vamos ter que cumprir prazos com entrega. Eu penso que estamos capazes de fazer esse trabalho. E, portanto, de ter estas candidaturas vinculadas pelos 4.424.000 euros, que foi aquilo que nós apresentámos como obra. E, portanto, se isso acontecer, Ílhavo e a Gafanha da Nazaré terão a realidade dos centros de saúde que tanto desejavam há anos. É um resultado, se é dos autarcas todos, se é deste Executivo... olhe, eu sei o que entreguei, e as equipas da Câmara, porque o projeto nasceu aqui nesta Câmara. Todos os registos, aproveitámos tudo, portanto, foi com mão-de-obra que se fez aqui, portanto, o mérito para todos aqueles que já trabalharam até este momento. Neste momento, procurámos as especialidades num prestador de serviço especializado, conseguimos até um preço muito simpático face àquilo que estávamos à espera de gastar. Portanto, iremos ter os nossos resultados sobre isso.

Relativamente às escolas, não queria muito falar sobre isso porque já se falou muito sobre esta matéria. Mas penso que aquilo que é a apresentação das ideias iniciais para as escolas, em termos de projeto, elas não estão prontas. Está aqui uma afinação só com o Ministério da Educação, um trabalho muito grande feito nos últimos 20 meses. Penso que vai ser uma realidade nós podermos conseguir ter as três escolas. Ainda recentemente conseguimos passar uma de prioritária para urgente, que foi a Escola professor Fernando Martins, o que pressupõe que os financiamentos para esta área cabem às três escolas. É na muge. É na muge. É um trabalho que começou com o senhor Ministro da Educação, ainda como Secretário de Estado, veja lá. Ainda como Secretário de Estado. Veja lá o tempo que já decorreu sobre isto. E, portanto, pode contar com o nosso trabalho, pode contar com isso. Podem todos contar com o nosso trabalho para que seja uma realidade que o Município de Ílhavo tenha estas três escolas. E se no pacto conseguirmos ter uma escola nova também na Gafanha da Encarnação, pois também teremos lá, para o ensino básico, essa resposta.

Relativamente ao André Guimarães, vou deixar aqui para o senhor João Semedo. Fico sempre muito feliz com as suas intervenções.

Ao senhor Flor Agostinho não tenho mais nada a acrescentar. O senhor Vereador, se quiser falar alguma coisa sobre o tapar buracos e os passadiços da barra, poderá responder.

Realmente não respondia à questão das barracas, a que nós muitas vezes chamamos os cogumelos, que estão a aparecer no nosso território e que nos vimos aflitos para os controlar. E depois de eles cá estarem é muito difícil tratar esses processos. Acredite que com três fiscais não conseguimos fazer muito mais e é através da denúncia que muitas vezes lá chegamos. Porque eles surgem em todo o lado, porque há a necessidade de habitação. Muitas das pessoas estão a rentabilizar dinheiro que tinham em banca, adquirindo essas coisas e alugam-nas. E utilizam o mesmo ponto de abastecimento de água e de luz para fornecer esses equipamentos. Não é nada fácil de controlar. E, se calhar, até o mesmo ponto de descarga de saneamento. É um problema que está a ser transversal em todos os Municípios com quem eu tenho falado. Muito complicado, senhor Sérgio. Mas o senhor Vereador vais dar-lhe uma resposta mais centrada nesse problema.

Eu gostava também que a senhora Vereadora fizesse uma intervenção sobre aquilo que são as suas áreas e que foram focadas aqui. Também gostava que ela fizesse aqui uma intervenção. E deixava então a palavra à senhora Vereadora e depois ao senhor Vereador João Semedo.»

Vereadora do Executivo, Mariana Ramos: (02:51':26")

«Referir, relativamente à menção que foi feita ao dinamismo que é mencionado no relatório, que é um relatório extenso, mas é a atividade municipal. E todos aqueles que participam na atividade diária tem efetivamente que evidenciar o trabalho desenvolvido, caso contrário, a atividade municipal reduzir-se-ia àquilo que era deliberado em Câmara, quando, na verdade, a atividade municipal requer uma preparação muito extensa, sim, e que dura no tempo do ponto de vista do trabalho técnico das equipas, que são elas que sustentam a execução daquelas que são as políticas.

Relativamente às dinâmicas verificadas, no que diz respeito à celebração dos produtos endógenos, efetivamente era algo que nós, enquanto Movimento, queríamos potenciar ao máximo. E temos trabalhado nesse sentido. No caso do evento "Vamos aos Cricos", foi uma primeira edição, tem ainda muito caminho para percorrer, mas temos uma nota muito positiva de todos os aderentes e inclusive de toda a nossa população. A partir do momento em que nós decidimos, exatamente, chamar, desculpem a expressão, chamar o boi pelo nome, e utilizar exatamente este regionalismo, esta forma de nós chamarmos o berbigão, e que é tão nossa. E é exatamente por aqui que nós devemos começar. É olhar para dentro, olhar para nós, olhar para o nosso território, para os nossos hábitos. E de que forma é que nós estamos

efetivamente ligados àquilo que é nosso. Se importa estar constantemente a copiar modelos e a tentar fazer aquilo que se vê fazer em muitos locais, quando, na realidade, o que importa é estarmos na base daquilo que é o nosso dia a dia, naquilo que é a nossa identidade e não nos afastarmos dissesse tem sido uma premissa. É das áreas que eu tenho acompanhado diretamente.

Relativamente à Ação Social. Eu não sei se se recorda quando vieram à Assembleia Municipal os protocolos, a proposta de protocolos e de regulamento do Atendimento Social Integrado. Existia um pressuposto de monitorização de todo o trabalho desenvolvido trimestral, com esta cadência. Deixar esta nota que no primeiro trimestre deste ano, tivemos mais de 200 primeiros atendimentos, em serviço de atendimento e acompanhamento social. Isto quer dizer o quê? Mais que os processos que aqui estão vertidos, no que concerne a este período em análise, mais do que este número, importa perceber que este serviço está a ser procurado e que os técnicos estão a dar resposta, porque, efetivamente, a partir do momento em que seja detetado pela equipa que não existe capacidade de resposta cá, estaremos em sede de comissão de acompanhamento com o Instituto de Segurança Social e com as IPSS protocoladas para discutir a dimensão da equipa e os serviços prestados. Neste momento, o trabalho que é desenvolvido por estas equipas é muito positivo. Temos nota de que existe intervenção direta, principalmente do ponto de vista da visita domiciliária e de acompanhamento direto a estas famílias. A articulação constante com as sociocaritativas no que diz respeito à colmatação das necessidades alimentares, essencialmente, e depois, também, do ponto de vista da higiene e de acompanhamento na área da saúde. Existe aqui um vasto número de áreas de intervenção que decorrem, exatamente, destes processos. Naturalmente, a natureza dos dois serviços obriga a um atendimento com periodicidade diferente. O RSI tem uma medida de intervenção e tem propostas de trabalho com estes beneficiários completamente diferente de um serviço de atendimento e acompanhamento social. Para ficarem com a referência, todos os apoios que decorrem do Fundo Municipal saem do serviço de atendimento e acompanhamento social. Um beneficiário que vai obter um apoio à renda ou à fatura da água, ou, no caso das atividades desportivas, decorre de um serviço de atendimento e acompanhamento social. Dar-lhe nota que nós estamos atentos e é uma área que nos preocupa, atendendo a este número crescente que sentimos no primeiro trimestre. Estamos, efetivamente, preparados para dar a resposta necessária.

Vice-presidente do Executivo, João Semedo: (02:57:08")

«Vou tentar ser sucinto.

Relativamente à preparação da época balnear e não querendo sobrepor àquilo que o senhor Presidente disse, houve vários trabalhos que foram feitos, desde a preparação das instalações sanitárias e a sua pintura, a sua manutenção, à limpeza dos passadiços que, em termos de remoção de areias, termina hoje. Como é evidente a parte das madeiras, por estar soterrada, não era possível ser reparada anteriormente. Portanto, ainda vai decorrer durante os próximos dias e, se calhar, até poderá prolongar-se mais do que alguns dias.

Reforçar aqui, também, e que é muito importante e não vi também ninguém a falar sobre isso, é que conseguimos, há cerca de uma semana e tal, firmar um acordo com a Agência Portuguesa do Ambiente. Foram garantidos 70.000 euros de financiamento para que pudesse haver um investimento nos passadiços. Isto acho que também é importante. Como já tínhamos referido, também, havia esta expectativa, portanto, não íamos sobrepor aqui investimentos. Portanto, aquilo que temos que fazer é mesmo a manutenção. Já tínhamos também referido que os passadiços, estando soterrados, têm um desgaste muito maior, provoca uma deterioração muito mais acelerada nas madeiras. As madeiras têm que funcionar completamente libertas e a própria aragem é que as manterá mais secas. Assim, estando húmidos, a deterioração é muito mais rápida. Isto, no que diz respeito às praias e para não alongar.

Relativamente também à praia do Oudinot. De facto, foi feita a intervenção. Não sei porque é podemos referir que será tardia. Acho que ela deve ser feita também quando é feita nas praias da Barra e da Costa, portanto marítimas. Esta intervenção não foi feita mais cedo porque não foi possível. Nós aguardávamos uma validação, por parte da Agência Portuguesa do Ambiente, e só depois dessa validação é que podemos fazer. Sendo certo, também, que nunca faríamos uma intervenção desta natureza sem que houvesse aqui a concordância das demais partes interessadas que utilizam a praia, nomeadamente as Associações Ambientalistas e a Associação de Surf de Aveiro, que, conjuntamente com a APA, também se sentaram connosco à mesma mesa, e delinearíamos como é que seria a estratégia porque, em momento algum, estaríamos dispostos a investir dinheiro nesta intervenção para que depois parasse e nada se fizesse, e que não houvesse a concordância de todos. Acho que

isso também é importante que seja referido, que juntámos todos à mesma mesa e os trabalhos foram acompanhados por todos. E ainda relativamente ainda à praia do Oudinot, há, de facto, uma intenção de melhorar aquelas águas, mas aquelas águas para serem melhoradas, tem que ser criado um transvaze para que haja uma circulação de água muito mais efetiva. Esse projeto, de facto, existe e estamos a ponderá-lo. Estamos ainda numa fase de discussão mais técnica para ver se realmente terá os resultados que nós pretendemos. E mesmo a questão financeira, porque estamos a falar de um investimento próximo dos 100.000 euros.

Relativamente aos projetos das escolas, como foi questionado e é público, e também está referenciado na atividade, foram adjudicados os projetos para a execução dos projetos para as três escolas. Esses projetos incluem arquitetura e especialidades, e os estudos prévios estão numa fase muito avançada. Portanto, estamos a poucos dias de poder iniciar a validação, neste momento ainda informal, com a DGEST, para podermos trabalhar e podermos cumprir, inclusivamente, com o aviso que está a decorrer. Neste momento, à partida conseguiremos ter condições para apresentar as candidaturas. Portanto, ainda há tempo, sem qualquer problema. Estão perfeitamente avançados.

E o mesmo se passa com os centros de saúde. Já foram adjudicadas, tal como é referido na atividade, as especialidades que estão em desenvolvimento. Está tudo a decorrer conforme tínhamos previsto.

Relativamente ao que foi referido quanto à questão da propriedade e dos registos. Não posso aceitar aquilo que foi dito, ou compreender como é que foi dito, quando, já desde o início do presente mandato referimos esta questão. Estamos a falar sempre que temos problemas com os terrenos, porque, nomeadamente, tanto as escolas, como os centros de saúde, até foi a Câmara que os adquiriu e que, depois, proporcionou condições, na altura, ao Estado para fazer os seus investimentos. Portanto, estamos a falar de terrenos que a Câmara pagou e que não os registou. Não estou a compreender como é que o Estado tem essa culpa. Ordens de pagamento sem escritura, alguns escriturados, mas não registados nas Finanças e na Conservatória, como já tínhamos referido aqui em tempos. Eram mais de 1.500 artigos que estavam em causa. Acreditamos que vamos resolver. Um dos centros de saúde, que é o da Gafanha da Nazaré, até já o conseguimos resolver. O de Ílhavo também entendemos que estamos já muito próximos do fim. Mas isto tem sido um trabalho muito dedicado dos nossos técnicos e há de ter os seus resultados. Trabalharemos o que for necessário para que não coloque em causa a resposta aos avisos, portanto, às nossas candidaturas.

Relativamente às construções ilegais, é, de facto, uma preocupação que nós temos e recorro até que na revista que foi lançada, numa das edições, já fizemos uma referência as construções ilegais. Também já fizemos uma publicação na imprensa local.

Infelizmente, não só pelas questões de carência financeira, mas também, muitas vezes, de desinformação ou mal informação por parte de, por exemplo, quem vende casas de madeira que, regra geral, aconselha mal as pessoas e até diz que não precisam de licenciamento. Ou então as tais casas mais pré-fabricadas, às vezes de madeira, às vezes de outros materiais, como referiu o senhor deputado Sérgio Louro, que têm umas rodas fictícias e de facto, isso acontece. Depois chamou-lhes as casas móveis, mas uma casa para ser móvel só poderá ser uma autocaravana ou uma roulotte. Essas sim têm rodas, podem circular, pagam imposto de circulação e até são alvo de inspeção. Portanto, muitas das vezes as pessoas é que são mal aconselhadas ou mal informadas e são levadas a situações destas.

Nós tentamos alertar as pessoas para que, sempre que haja alguma dúvida ou que tenham alguma intenção, consultarem os nossos serviços para se certificarem que, de facto, podem avançar com esses investimentos. No caso concreto que foi proferido, da tal cabana que referiu, ela já foi alvo de fiscalização e aquilo que se verificou é que temos ali também um problema social, de facto, que foi encaminhado para os nossos serviços sociais. Portanto, neste momento, para além de uma questão urbanística, também é uma questão social.

Só dar aqui uma nota ao senhor deputado André Guimarães, peço desculpa, a questão das ARU. Conforme é referido aí, aquilo que se está a discutir é a ponderação de novas áreas ARU. Portanto, é muito cedo estar a falar nestas questões. Nunca podemos esquecer, de facto, que a criação ou expansão de ARU, ou a reformulação de ARU, não envolve só a questão financeira e, portanto, não é só questão de poder ter benefícios fiscais ou de outra natureza, mas também envolve aqui uma ponderação em termos de planeamento território e de gestão urbanística. Portanto, vai muito mais além. Também não podemos esquecer que, na vertente financeira, também não podemos generalizar a questão das ARU porque a receita também é algo fundamental. No que diz respeito à questão urbanística, aí sim é que deve reger as ARU, tem que haver uma componente histórica, não é? Portanto, não pode ser, ou pelo menos deve ser devidamente explicado. Nesse sentido, quanto às plataformas e áreas de acesso ao investimento, aquilo que nós fizemos, e que vem referenciado, não só nas

páginas que referiu, como até nas páginas iniciais, nomeadamente aquelas com a mensagem que escrevi na atividade e já tinha referido também na última atividade, nos últimos meses houve um incremento muito grande no SIG. Neste momento, ele ainda está a ser desenhado. Já está numa fase avançada em termos de desenho. O que é a fase do desenho? É percebermos as áreas que queremos trabalhar, é definirmos as componentes que queremos em cada área. Portanto, quais os dados que queremos extrair da plataforma. Neste momento ele está, como tinha referido, penso que aqui não sei se está referido, mas na última atividade estava referido, ainda está para consulta interna porque ainda está a ser trabalhado internamente. Mas é nosso objetivo, talvez dentro de um ano, se correr como expectamos, que algumas das áreas possam estar abertas ao público. Recordamos que esta é uma das ferramentas com maior potencial para a gestão da informação e que, em tempo real, nos consegue ajudar muito na tomada de decisão. Eu sei que é uma plataforma que lhe diz muito e reconheço as suas capacidades neste tipo de especialização, neste tipo de plataformas de gestão de cidades e acaba por absorver muito dessas componentes. Senhor Presidente, obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:08:00")

«Obrigado. Vou abrir então a segunda ronda de inscrições. Do PS, temos a Sónia Fernandes. Do UPF temos o José Pinto Reis, o Pedro Cristo e o senhor Presidente da Junta? Do PSD alguma inscrição? Temos o André Guimarães e o Luís Diamantino. Muito bem, vamos começar então pela Sónia Fernandes.»

Sónia Fernandes, PS: (03:09:05")

«Antes de mais, quero agradecer as respostas, tando do senhor Presidente, como do senhor Vereador, pela amabilidade. Começando pelo último ponto, invertendo aqui um bocadinho a ordem. Relativamente à praia do Oudinot, eu percebo que haja trâmites que levem algum tempo, que sejam mais burocráticos, que sejam ponderados. Mas há uma coisa que eu percebi, fiquei com essa perceção, que é a falta de vontade, a garra e a falta de intenção, porque, caso contrário, havia uma preparação e havia uma antecipação, e estes processos estavam a ser preparados antecipadamente. Nós, todos os anos, temos a praia do Oudinot. Todos os anos temos verão. Todos os anos as pessoas gostam de ir lá e todos os anos continuamos assim. É pena, é lamentável a questão. Aconselho, pelo menos, que tentem neste mandato concretizar porque podem não ter outro.

Quanto à questão da praia da Barra. Fiquei a perceber que a preparação estava relacionada com a parte dos bares e das obras. Vamos ter o hastear das bandeiras. Sim, nós também já sabíamos. Temos as obras nos passadiços. Na época balnear, as pessoas vão estar de férias, vão estar na praia, vão querer usufruir e vai estar tudo em obras. Mais uma vez antecedência, antecipação. O Verão está cá todos os anos, nós estamos cá todos os anos ou não. Para o ano podemos não estar. Por isso, mais vontade.

O que eu gostaria também de ter ouvido? Alguns pontos sobre o planeamento estavam relacionados com algo que já falei há um ano, nomeadamente no dia 15 de junho e no dia 30 de setembro. E que diz respeito tanto à Costa Nova como para a Barra. Falta de soluções para a falta de estacionamento, estacionamentos indevidos que levam à ocupação de passeios e entradas, falta de mobilidade para pessoas, nomeadamente pessoas com mobilidade reduzida, crianças. Falta de segurança, nomeadamente com corridas ilegais que existem nas avenidas, durante a noite. Falta de vigilância pela GNR. Eu não ouvi aqui e por isso questiono se do ano passado para este ano, tal como o compromisso de senhor Presidente nessas duas sessões, e que estão escritas na ata, se, entretanto, conseguiram ou não fazer alguma coisa. Do meu lado, não me parece, parece-me tudo igual, mas, ainda assim, deixo o benefício da dúvida. Se fizeram, se pretendem fazer ou se, mais uma vez, é só um sonho e algum dia isso irá acontecer. Muito obrigada.»

José Pinto Reis, UPF: (03:11:58")

«Só para congratular a Câmara Municipal pela recente, eu sei que já não é, não é bem até 31 de maio, foi ligeiramente depois, pela eleição da nova Presidente da CPCJ. Acho que é muito importante que as nossas crianças e jovens em situação vulnerável possam ter uma Presidente que possa desempenhar as funções de acordo com aquilo que está previsto e que possa dedicar mais do seu tempo, ou o seu tempo, naquilo que a lei o prevê. Acho que é um passo positivo, que haja essa eleição da nova Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Muito obrigado.»

Pedro Cristo Graça, UPF: (03:13:07")

«Para que não haja aqui dúvidas nenhuma, o UPF é um movimento independente, mas todos nós não somos apolíticos. Todos nós temos histórico político, nem que seja só por simpatia. Se calhar, quase todos vocês sabem qual é a minha simpatia política. Se calhar sabem até que o Pinto Reis foi expulso, recentemente, de um partido político por se ter candidatado pelo UPF. Por isso, nós estamos aqui, eu já disse isto há uns tempos, nós não somos políticos, estamos aqui a fazer política.

Aquilo que eu vos queria falar, voltando agora... já que se permitiu tantas vezes falar. Eu estou aqui há 20 meses, não estou aqui há 20 anos, como, se calhar, algumas pessoas aqui estão.

Eu queria falar sobre isto porque foi aqui levantado, relativamente ao processo de registos que agora já vai em 1.500, ouvi o senhor Vice-presidente a falar. A questão, muitas vezes, não está no problema. A questão, muitas vezes, está na solução. Temos que arranjar. Eu lancei o desafio de fazer uma task force, ou assim qualquer coisa, porque é prejuízo para o Município nós não termos estes registos. Hoje falamos das escolas, amanhã vamos falar de outros edifícios e, segundo aquilo que ouvimos anteriormente, já houve projetos que não puderam seguir porque não estavam registados.

Gostaria de saber relativamente a estes 1.500 artigos ou não sei quantos, se se está a fazer um enfoque ou se vai fazendo conforme as coisas vão andando. Eu sei que custa muito dinheiro, fala-se em muitas centenas de milhares de euros. Mas como município tinha gosto em saber.

Outro ponto que queria aqui trazer é as informações que no nosso relatório prestam sobre o BUPi. Eu sei que estamos com uma boa percentagem, penso que 34%, mas a percentagem é sobre uma percentagem. Ou seja, nós temos, neste momento, se calhar à volta, se calhar, nem 10% dos nossos imóveis registados. Eu sou-vos franco, quando olho e quando leio a introdução da página do nosso Município, em que em determinada altura, e perdoem-me se não estou a ser muito correto na expressão, diz que é muito importante fazer o próprio registo, até para identificar situações em que seja possível ou necessário ir atrás das pessoas, porque não limpam os seus terrenos. A tradução para quem lê é mais ou menos isto. O que é certo é que temos 10% dos nossos terrenos registados em BUPi e que são essenciais para futuras transações. E isto vai-nos deixar sempre uma preocupação. É efetivamente essa a identificação.

Deixo duas questões. Uma, se nunca foi equacionado, se calhar, tendo em conta a proximidade das Juntas de Freguesia, um plano para que o BUPi saltasse, ou o registo de BUPi saltasse de freguesia em freguesia, já que os senhores Presidentes de Junta têm um conhecimento muito mais profundo dos seus proprietários e quase que podiam fazer um serviço "a la carte". E outra, já agora que andamos a identificar algumas pessoas, qual é a posição das faixas de combustão, dado que estamos em incêndios? Ainda tivemos recentemente um aqui tão perto, em Mamodeiro, que podia ter dado mais uma desgraça, que deu alguns anos, nas faixas de combustão. Qual é a ponto de situação? É só, obrigado.»

João Braga, Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador: (03:16:50")

«Eu ia tentar gastar os 17 minutos, mas sei que não vou conseguir. Queria deixar aqui uma mensagem ou duas importantes.

A primeira, queria enaltecer o trabalho que tem sido realizado entre a Junta de Freguesia e a boa comunicação e o diálogo com o nosso Presidente, Vice-Presidente e a vereadora Mariana. É de enaltecer esse trabalho. Contudo, também queria referenciar que as Juntas de Freguesia, que são sempre aqui muito faladas e têm vindo a ser cada vez mais faladas, quando nós nos temos que defender, nós também estamos cá para nos defender, cada um à sua maneira, cada um com a sua exigência e cada um com os seus pareceres. É isso que me traz aqui.

Como nota final, queria só deixar aqui um ponto que também é importante, que é o trabalho que a Junta de Freguesia de São Salvador também tem feito em prol desta comunidade em colaboração com a Câmara Municipal, e certamente que também temos um bocadinho neste plano de atividade que vocês nos apresentam aqui. E as Juntas de Freguesia, as restantes da Gafanha, que também têm esse contributo, que não aparece aí espelhado.

Como nota final, gostava de deixar só aqui uma mensagem. A Junta de Freguesia reúne de três em três meses, com sessões ordinárias abertas a toda a comunidade, a quem quiser participar. Reunimos todos os finais de mês em Presidência Aberta e, cada vez mais, noto que há uma extrema dificuldade que já começa a surgir de participação, e estão todos convidados a participar. Quem quiser colocar as suas dúvidas, somos independentes, mas a participação deverá ser feita na Junta de Freguesia. Quando quiserem esclarecer alguma

dúvida, eu estarei lá para responder a todas as perguntas que me colocarem. Não é preciso virmos aqui à Assembleia dizer da Junta de Freguesia de São Salvador. Reunimos no dia 28, foi esta quarta-feira, reunimos no dia 29 que foi quinta-feira, em Presidência Aberta. Congratular o nosso Presidente e o nosso Vice-Presidente, que muito nos honrou a vossa visita. Também deixar aqui uma mensagem de agradecimento à vereadora Fátima Teles que, de vez em quando, também participa nas nossas assembleias. Estão todos convidados, não é preciso deixarem aqui mensagens, quando quiserem aparecer são sempre bem-vindos pelo nosso Executivo e pelos nossos membros da Assembleia. Muito obrigado a todos.»

Luís Diamantino, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo: (03:16':50")

«O nome do Rui Rufino já foi badalado muito, mas agora agradeço-te por teres levantado o assunto dos Centros de Saúde que me fez lembrar um assunto que devia ter trazido para o PAOD. Foi o teu pontapé de saída que me fez vir cá. Não é para alarmar ninguém, mas falámos aqui dos centros de saúde e agora vou falar do meu. Eu, no final do ano passado, levantei a possibilidade de irmos ficar sem médico de família. Não quero causar com isto alarme, até porque um diretor, uma pessoa com alguma responsabilidade no ACES Baixo Vouga, quando houve aqui o Congresso, disse que a Gafanha do Carmo não ia ficar sem médico de família. Portanto, deixo só mesmo a minha preocupação para não ficarmos sem médico de família, agora que a Encarnação vai ter um centro de saúde todo "xpto", todo jeitoso, e que não fiquemos sem isso. E se for o caso eu estarei cá para ajudar na luta e pedir também a colaboração deste Executivo para isso.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:21':01")

«Muito bem. Passo então a palavra ao senhor Presidente.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:21':14")

«Respondendo ao senhor Presidente da Junta, portanto, fala da sua extensão de saúde. Esta questão do médico de família é uma questão que já me preocupa há algum tempo. Aliás, manifestámos também o nosso interesse como comunidade intermunicipal, também, porque temos que atuar em conjunto nestas matérias, porque não é só nas nossas extensões de saúde e nos nossos centros de saúde que está o problema, até pela reforma das pessoas, é num todo. E a falta de médicos também está aí. mas cabe ainda à ARS resolver isto. Vamos continuar a pressionar. Não tenho uma resposta clara para lhe dar sobre isso.

Relativamente ao BUPi, eu vou deixar para o senhor Vereador. Ele já não queria intervir mais nenhuma vez porque achou que estava claro, mas há aqui um tema novo neste assunto que carece de explicação.

Relativamente aos terrenos, aquilo que lhe posso dizer é que nós estamos a tentar ser o mais abrangente na resolução destes problemas e não estamos a focar-nos só naquilo que têm sido as necessidades, os problemas que temos detetado quando vamos ao terreno e precisamos daquelas situações. Mas também tem havido muitos particulares que nos procuram através de expropriações que foram feitas, relações de partilhas e tudo o resto que têm vindo à Câmara saber e que ainda continuam com as propriedades em nome deles, quando já tem um muro e uma rua a passar lá por cima. Portanto, temos que resolver isto. Temos vindo a resolver pontualmente estas situações. É evidente que gostaríamos de ter um núcleo de património com mais pessoas, com mais resposta, mas infelizmente temos pessoas no património que estão ainda na contratação pública a dar uma mão, porque não conseguimos fazer este trabalho todo.

Relativamente à dona Sónia, tenho que lhe dizer que é pena a senhora ter vindo sempre em substituição, porque eu acho que a senhora, aliás, nós vamo-nos habituando a que o partido político é que a Senhora pertence tenha vindo sempre a substituir pessoas. Vamo-nos habituando, já é uma prática. Não sei se vai continuar durante muito mais tempo, se vai ficar por aí, mas fico contente com a sua participação e a sua vontade, uma vez que não existe da minha parte, existe vontade da sua parte, intenção da sua parte e a ação, como já vimos hoje. Portanto, ficamos muito contentes por este espírito de renovação dos partidos políticos e de participação nestes órgãos autárquicos. Acho que é relevante.

É a sua intervenção relativamente à praia do Oudinot já é uma preocupação, há muitos anos, da parte dos autarcas resolver esse problema. E como o senhor Vereador disse, há, realmente, um projeto de um transvaze para ver se resolve. A minha posição, como disse o senhor Vereador, é que era bom que nós tomássemos consciência se é a solução, ou não,

para nós termos uma condição melhor na praia do Oudinot. Portanto, é neste ponto que estamos do estudo.

Relativamente às praias, eu não lhe queria dizer muito sobre isso, porque aquilo que a senhora viu, nos últimos 20 meses, foi uma marcação específica daquilo que são as prioridades para as pessoas com acessibilidades. Uma obra que um Executivo já tinha feito na avenida da Nossa Senhora da Saúde, que optámos até por deixar os estacionamento quando não estavam previstos e que já deu aqui muita discussão, mas talvez não tenha acompanhado as outras reuniões e acompanhou as duas que referiu e esta, hoje. Mas fica essa nota também do nosso interesse de resposta para aquilo que são as necessidades de quem nos visita e quem vive, hoje, nas nossas praias, que já são muito utilizadas neste momento, mais por residentes do que eram ano passado. Há uma comunidade muito mais residente do que aquilo que se verificava no passado, nomeadamente até na Barra e na Costa Nova.

Relativamente às corridas ilegais, eu não tenho conhecimento disso. Também não é a Câmara Municipal que fiscaliza, mas de qualquer maneira vou-lhe dar também esta informação e a todos. A GNR, neste momento, tanto da Gafanha da Nazaré, como de Ílhavo, foi reforçada no número de efetivos. Portanto, há um grupo de estagiários que foi colocado nos nossos postos e, portanto, temos mais gente para trabalhar nos nossos corpos. É evidente que temos tido, nos dois corpos, pessoas com baixas e com outros problemas que têm afetado também aquilo que era o planeamento dos nossos comandantes. E vamos ter também, tivemos ontem a notícia do nosso capitão Élio Rosado a informação, de que vamos ter também polícia de bicicleta, especificamente nas praias, este Verão, que era uma intenção que já tinha sido manifestada pelo posto da GNR. Tive ontem informação que vai acontecer e tive ontem também a informação que muitas das vezes a fiscalização a este nível e motorizado exige preparação, documentação e certificados próprios para os nossos polícias. Às vezes parece que nos nossos postos os polícias podiam andar de mota e de bicicleta. Não, eles têm que ter formação específica, porque é assim que está regulamentado na guarda, como eles dizem. Portanto é isto que temos. Mas fiquei contente também com esta notícia e fico também muito satisfeito por passar esta informação aqui.

Posso-lhe dizer que, maioritariamente, muitas das coimas que nós temos vindo a ter ia chegar aqui à nossa Câmara e que tem tido algum problema e que tem havido alguma contestação da parte das pessoas, porque muitas das pessoas não obedecem àquilo que deveriam ser as regras após o pagamento de uma coima. Deveriam dar-nos a conhecer o seu pagamento por informação do talão para nós fazermos a conciliação do processo e a consolidação do mesmo. E estamos a notificar pessoas que depois apresentam reclamações sobre o processo, quando nós não temos outra forma de o fazer. E, portanto, fica também aqui o alerta público às pessoas que fizerem pagamentos de contraordenações, para não criar um problema elas próprias, que devem informar também os serviços da Câmara que fizeram o pagamento, demonstrando-o, isto é, mostrando o documento de apresentação do pagamento. Sobre o senhor Pinto Reis, não tenho muito a dizer. Acho que a senhora Vereadora, que tinha este cargo de Presidente da CPCJ, fez o trabalho que vinha já a ser trabalhado há muito tempo por ela. E já era também uma das observações que existia nesta casa há algum tempo. É a falta de disponibilidade para que tivéssemos um órgão autónomo, e que o é, com uma pessoa a tempo inteiro. Portanto, penso que vamos dar passos de gigante nesta matéria. Espero que as pessoas tenham um melhor desempenho. Isto foi pedido pela senhora Vereadora, na altura. Vamos aguardar pelos resultados que têm sido bons até então. Acho que podem ser melhores no futuro e é isso que nós desejamos.

Deixava uma última palavra para o senhor Vereador relativamente ao BUPi. Pedia-lhe alguma capacidade de síntese, mas que dessa resposta objetiva. Muito obrigado.»

Vice-presidente do Executivo, João Semedo: (03:28:14")

«Quanto à questão do BUPi, a sugestão que foi feita para que este serviço pudesse ocorrer nas Juntas de Freguesia, ou que as Juntas de Freguesia pudessem dar esse apoio, de facto esse contato já foi feito. Desde já um agradecimento, aqui, nesta Assembleia, que desde o primeiro minuto em que foram contactados, disponibilizaram-se para cederem as suas instalações e que o serviço pudesse ocorrer. Entretanto, ele não ocorreu porque tivemos uma mudança técnica e entendemos, também pelo número de contactos que temos tido, que ainda não era oportuno. Mas contamos num futuro muito próximo iniciar então esse serviço nas Juntas de Freguesia.

Também é de destacar que houve aqui um investimento por parte da Câmara na divulgação deste balcão único e ainda não teve grandes resultados. O próprio Governo também está a ter dificuldade porque não é uma questão só da nossa região ou só do nosso Município, é a

nível nacional. Não está a ter o resultado expectável. O governo tem feito publicidade na televisão e em vários meios, mas não está a ter os resultados que se pretendia. Tivemos uma boa notícia esta semana que o investimento ou o apoio do Governo vai continuar, pelo menos por mais um ano e, portanto, o projeto vai continuar.

Continuamos a ter muitas dificuldades, é um problema que temos no nosso território, todos as propriedades que colidem com domínio público hídrico são um problema. Ainda esta semana tivemos uma sessão com a Coordenadora Nacional do BUPi, na CIRA, e com todos os Município, com Autoridade Tributária, com as Conservadoras também, e, de facto, é um problema essa questão. Também no nosso território tem afastado as pessoas do registo do BUPi.»

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:30':05")

«Eu só queria dar uma palavra ao Pedro Cristo, relativamente à questão das faixas de combustão. Nós, no ano passado, fizemos um tratamento profundo sobre as mesmas, sobre esta gestão das faixas. Este ano optámos ainda por não o fazer. Nós temos um técnico florestal que faz a gestão desse processo. E também na CIRA houve muito trabalho sobre essa matéria, mas foi abortado.

Deixava aqui uma nota. Nós, a partir de amanhã, teremos também um coordenador da proteção civil nas funções da Câmara Municipal, como aprovado e dado a conhecer na reunião de Câmara passada. Ficaremos com uma capacidade completamente diferente daquela que temos, não penalizando todos aqueles que admitiram a responsabilidade máxima na Proteção Civil. Mas acho que ter um técnico especializado nesta matéria, um coordenador desta área, acho que vai dar ao Município outro impulso ou vai ter outra responsabilidade, e o Município vai-se mostrar mais responsável nestas matérias da proteção civil.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:31':01")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Concluídas todas as intervenções, dou como apreciado o Ponto Um da Ordem do Dia.»

Ponto 2. "Prestação de serviços para recolha e transporte a destino final adequado de Resíduos Urbanos, fornecimento, manutenção e lavagem de equipamento, limpeza pública e gestão do Ecocentro no Município de Ílhavo - Serviços imprevisíveis".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:31':07")

«É meia-noite e vinte e cinco. Vamos avançar para o Ponto 2: "Prestação de serviços para recolha e transporte a destino final adequado de resíduos urbanos, fornecimento, manutenção e lavagem de equipamentos, limpeza pública e gestão do Ecocentro no Município de Ílhavo - serviços imprevisíveis. E começo por dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:21':28")

«Muito obrigado, senhor Presidente. Daria a palavra à senhora Vereador Mariana Ramos.»

Vereadora do Executivo, Mariana Ramos: (03:31':36")

«Presumo que todos tiveram oportunidade de ler a documentação que foi remetida, que já foi exatamente a reunião de Câmara. Trata-se da implementação daquilo que é o serviço de recolha, numa primeira fase, de resíduos nos grandes produtores. É isto que está em causa e que já foi, inclusive, aqui discutido, em sede das Grandes Opções do Plano. Não tenho mais a referir de momento, senhor Presidente, obrigada.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:32:07")

«Vou abrir então as inscrições para apreciação deste ponto 2. Do “Unir Para Fazer” não há inscrições. Do PSD temos o André Guimarães e o Flor Agostinho. Do CHEGA temos o Sérgio Louro. Do PS, a Diana Gandarinho. Começo por dar a palavra ao André Guimarães.»

André Guimarães, PSD: (03:32:58")

«Esta questão dos biorresíduos realmente já foi aqui muitas vezes falada e ainda bem, porque é uma questão importante. É uma questão para a qual temos todos que caminhar. Portanto, colocando já toda essa importância de lado, sem nunca estar de lado, é bom ver que a Câmara Municipal está a dar passos nesta matéria, que está a alinhar, a convergir com aquilo que são as boas práticas e que estão a decorrer em todo o país e ao nível europeu, também. Vejo que há esta intenção em fazer este investimento. Estamos a falar de um investimento, em números absolutos, avultado, estamos a falar em quase 1.000.000 de euros que vamos aprovar aqui. Mas pronto, está dentro dos valores de mercado e portanto, acho que não é essa a questão relevante. Agora, nós temos é que ter sempre consciência de que estamos a falar de valores altos, que não são valores que nós tenhamos sempre à mão. Portanto, é importante nós percebermos o que é que vamos fazer com eles.

Nós estamos a falar de 130 locais. Nós não sabemos, pelo menos na proposta que me chegou não temos ali a identificação desses locais. Eu percebi agora que estamos a falar, então, de grandes produtores, pela intervenção inicial. Se são os grandes produtores, estamos a falar, imagino eu, mas coloco à consideração da resposta, de organizações que lidam com alimentação, eventualmente com verdes e jardinagens, por aí. Portanto, é importante, acho eu, ver esse esclarecimento. E por isso, nós não estamos aqui a falar de contentores urbanos do dia a dia, imagino. Mas se for, então peço esclarecimento, porque, lá está, a proposta é omissa.

Enfim, temos aqui muito temas, acho que também é preciso perceber, efetivamente, o que é que vamos fazer com este valor e com este investimento. E com base nas respostas e então depois voltarei ou não. Obrigado.»

António Flor Agostinho, PSD: (03:35:25")

«É meramente, senhora Vereadora, uma questão técnica. Estamos perante um contrato que foi celebrado há 3 anos. O montante é razoável, significativo e que foi sujeito ao Tribunal de Contas. Hoje estamos perante uma adenda a esse mesmo contrato, cujo valor são 900.000 euros. Na informação da técnica, está fundamentado, e acho que bem, como sendo trabalhos complementares, ao abrigo do 370 do CCP [*artigo 370.º do Código da Contratação Pública*].

A minha pergunta é muito óbvia. Isto é para ser iniciado, para entrar em vigor em setembro, deduzo eu, não? A 1 de setembro. E a pergunta que gostava de fazer, e depois voltarei cá, é saber se isto está ou não sujeito a Tribunal de Contas, já que a informação técnica não tem nenhuma referência à sujeição ao Tribunal de Contas.»

Sérgio Louro, CHEGA: (03:36:43")

«Este assunto é um assunto bastante importante, como também já aqui foi referido várias vezes. E eu tinha aqui algumas perguntas, o André até já me respondeu a uma que são os 120 pontos de recolha. Mas eu como não tenho assento, ou ninguém do meu partido, tem assento da reunião da Câmara, o que me chegou às mãos foi um documento que, enfim, é incompleto e carece de muita informação.

Não tinha a mínima ideia que eram 120 pontos, sendo que são 120 pontos, e já percebemos também pelo esclarecimento da nossa vereadora Mariana, que são para grandes produtores de biorresíduos. Eu pergunto, porque é que nós, contribuintes, vamos pagar para esses produtores de biorresíduos se verem livres dos seus resíduos? Pergunto eu, porque não são eles a pagar? Se para os resíduos que eu produzo, em minha casa, pago uma taxa de resíduos sólidos urbanos, pergunto eu porque é que estes grandes produtores de resíduos não são eles a suportar isto? Não consigo perceber. Mas pronto, é mais uma daquelas coisas caricatas em torno desta questão do grande negócio dos lixos que é proveitoso só para alguns e penalizador para os contribuintes, para variar, não é?

Outra questão que eu tenho aqui que colocar é, realmente, o que é que vai acontecer aos biorresíduos? Vão parar junto ao aterro com os outros resíduos ou vão ser processados? Sevão ser processados, com certeza que vão dar origem a adubos. E a questão é, quem é que vai ganhar com esses adubos? Voltamos à mesma história que já aqui por várias vezes falei, que é sempre a mesma história de só algumas pessoas é que são beneficiadas com

esta história dos lixos. Portanto, mais uma vez, há aqui uma grande falta de informação, uma grande falta de clareza, relativamente a este assunto. Obrigado.»

Diana Gandarinho, PS: (03:39:01")

«Eu queria questionar se este investimento vai servir para implementar o piloto e, depois, ser convertido para outro público-alvo. Agora é que eu percebi que isto era realmente sobre o "Canal Eureka". Isto é um piloto que vai durar cinco anos. O objetivo de um projeto piloto não é durar cinco anos. Ele serve para testar soluções, não serve para resolver problemas. Ele não resolve os problemas do utilizador pagador, da retirada das taxas dos resíduos urbanos das contas da água dos contribuintes.

A intervenção do Sérgio Louro faria muito sentido, se fosse realista Sérgio, numa lógica em que eles então iriam produzir 40% dos biorresíduos dentro dos indiferenciados. Porque a meta que vocês definiram, neste documento, de 40% de resíduos indiferenciados é impossível chegar a esta meta. Nem no primeiro ano, nem nos cinco anos. Porque nós estamos a falar, no geral, não é só dos grandes produtores, de produção de 40 a 45% de biorresíduos dentro dos indiferenciados, média nacional.

Nós não podemos esquecer a produção feita pelas famílias. Nós não podemos esquecer os estudos que demonstram os métodos mais eficazes de gestão de resíduos. Nós estamos a falar também de um método que é uma recolha de proximidade e que vai depender da consciência das pessoas que estão implicadas no *Canal Eureka* e a participar. Ou é uma recolha porta a porta que estão a fazer na porta deles, também. Eu não consigo perceber muito bem a diferença, o plano. Gostava de ver esclarecido este assunto, se realmente são cinco anos para o projeto piloto ou se é para levar o projeto piloto em frente e depois converter estes outros 130 locais para um outro público-alvo.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:41:12")

«Obrigado, Diana. Senhor Presidente, faça favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:41:17")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Para essa participação das três pessoas e relativamente a este assunto, também vou dar a palavra à senhora Vereadora para uma outra intervenção. Julgo que seja oportuno o esclarecimento àqueles que fizeram intervenção, nomeadamente ao senhor Flor Agostinho.

Este contrato vai ser alvo de uma fiscalização concomitante que vamos enviar ao Tribunal de Contas e, portanto, tratando-se aqui de um contrato adicional a um contrato visado, vamos fazer isso. Portanto, é o procedimento que se passa a seguir.

Relativamente ao senhor André Guimarães. Eu não sei se temos bem a noção do que é que vamos pagar no futuro para este tipo de recolhas seletivas, como hoje está a acontecer já no plástico, no cartão, nos verdes, nos eletrodomésticos, nas pilhas, no vidro. É que aquilo que nós temos visto é que as empresas que estão neste momento a operar no mercado não conseguem rentabilizar a sua operação e continuam a ser financiadas pelo Estado Central, com candidaturas a projetos de desenvolvimento. Depois criam a palição em novas respostas.

Relativamente aos indiferenciados, nós temos feito um trabalho muito grande de verificação daquilo que é o comportamento da nossa comunidade que tem vindo a decrescer, o que é manifestamente preocupante. E também pelo aumento com algumas toneladas, não lhe posso referenciar porque não tenho aqui a matéria para lhe dar uma explicação objetiva sobre aquilo que é o aumento das toneladas que têm sido recolhidas, mas tem sido um problema, porque visualizamos que as pessoas têm cada vez menos preocupação com aquilo que metem no contentor indiferenciado. E eu falo pela porta da minha casa em que tive que advertir os meus vizinhos e peço a toda a gente que o faça porque nós temos, neste momento, uma quantidade tão grande de ecopontos e pontos de recolha indiferenciada que as pessoas deveriam respeitar muito mais aquilo que já foi feito e que está a ser feito, neste momento.

Se nós não tivermos um resultado positivo nestas matérias, que muitas vezes funcionam pelo boca a boca, porque nós não deixamos de ter as ecoescolas que tínhamos, as ecofreguesias e o ecomunicípio. Temos aqui um problema, é que vamos pagar muito por este e nós já temos aqui problemas graves no nosso orçamento com o aumento da escalada de preços, como podem ver na atividade. Já foi demonstrado isso e continua a ser brutal a escalada de preços que nós vamos ter na área dos lixos, não só porque não vai haver financiamento para as

empresas como a Ersuc e outras. Portanto, nós vamos ter que pagar as operações e quanto mais diferenciarmos mais operações, mais pessoas, mais equipamentos, mais energia.

O Sérgio pensa que a rentabilidade dessas empresas é alta e, muitas das vezes, elas também não foram criadas para ter prejuízo, e, portanto, fazem as suas continhas, e nós ou queremos ou não queremos e chegamos a esse ponto. E aí temos um beco sem saída.

Esta é uma nota que eu queria deixar a todos, que é muito preocupante: a escalada de preços que existe.

Acho que este projeto piloto, e a senhora Vereadora vai falar sobre isso, vai servir para percebermos também que as metas que foram estudadas não só por nós, mas por todos os municípios portugueses ou todos aqueles que participaram na elaboração deste projeto dos biorresíduos, e na Europa, os objetivos que temos da redução do lixo e da maior separação pode cair por terra, porque se todos começarmos a separar muito mais, esta questão da criação do próprio compostor em casa, criarmos sistemas de compostão na via pública e tudo o resto, vão trazer problemas também para a nossa sociedade, que nós não estávamos à espera, e os sistemas de recolha, depois, também deixam de ser rentáveis. Isto é como se andarmos todos de autocarro torna-se mais rentável para o operador e nós não temos que financiar essa rota. Aqui é a mesma coisa. Se não se produzir lixo, eu não percebo como é que eles vão ter rentabilidade, porque o lixo vai gerar uma receita que vai equilibrar o nosso pagamento, ou seja, a nossa percentagem de pagamento pode ser inferior conforme a receita daquele que trata o lixo. Isto é um problema que está a preocupar-nos muito porque, e eu já o referi aqui várias vezes, há uma entidade nacional que vai tendo a participação com os municípios, juntamente com as empresas, a ERSAR, que é a entidade reguladora, que vai apresentando contas e depois nós começamos a não acreditar nelas, e há algum descrédito sobre isso. E, portanto, temos aqui, um negócio um bocadinho turvo, porque aquilo que os municípios acham, neste momento, é que as empresas que tratam o lixo e as empresas que depois o valorizam, não estão a transmitir, de forma correta, os seus valores e estão a imputar aos municípios e, por si só, os municípios aos munícipes, na ótica do produtor pagador, um valor que não é justo. Portanto, ou o Governo mete mão nisto e esta regulamentação, ou esta forma de regular estas matérias, é mais efetiva e apanha-se de forma diferente do que tem sido apanhado até agora, ou então os resultados vão ser catastróficos para nós, consumidores. Senhora Vereadora, faz favor.»

Vereadora do Executivo, Mariana Ramos: (03:47:12")

«Tentando ser muito telegráfica, porque acho que que já estamos todos a acusar cansaço, é um sexta-feira. Relativamente àquilo que é o cenário que é apresentado nesta adenda ao contrato, indiscutivelmente não é aquilo que se gostaria de ter em 2023. O diploma legal não é de 2022, não é tão pouco 2021. Em todos os fóruns relativamente àquilo que é a partilha de boas práticas de muitos municípios que já têm sistemas implementados há vários anos e que aproveitaram, efetivamente, fundos para se sustentarem, do ponto de vista de equipamentos e de infraestruturas, para dar resposta a esta mudança, que é uma mudança substancial naquilo que é o tratamento e a recolha deste quarto fluxo.

Na verdade, aquilo que acontece, e eu já tive oportunidade de o afirmar aqui, aquilo que foi encontrado, e a solução, neste momento, que é para arrancar é exatamente esta, tendo em conta as metas que estão a estipuladas para 2024 relativamente aos resíduos.

Como devem compreender a questão dos grandes produtores deve-nos merecer especial atenção e, efetivamente, um trabalho diferenciado. Com isto não quero dizer que, de repente, os restaurantes vão deixar de ter o balde da "lavagem para porco". Desculpem a expressão porque isto é economia circular, ok? Isto também é importante. Isto também faz parte da nossa cultura. É há muitas formas de se diminuir o indiferenciado. E é nesse caminho que nós estamos a trabalhar. Porque de repente eu sinto que, efetivamente, há uma forma de pensar e de estar que a mim me agrada muito, do ponto de vista da sustentabilidade e da consciência daquilo que é, neste caso, o ambiente e o espaço público. De repente, existe uma opinião muito formada e com conhecimento, e isso a mim agrada-me porque acho que estamos exatamente no patamar que é necessário para dar o passo. Nós, para além de termos estas quantidades balizadas, temos ainda uma questão que é: do ponto de vista diagnóstico, APA coloca-nos com potencial 100% de recolha de biorresíduos. Eu não acredito. Em primeiro lugar, não existe potencial de 100% no nosso território. Ou seja, nós deparamo-nos com um problema gravíssimo do ponto de vista de implementação de qualquer tipo de sistema de recolha, tendo em conta aquela que é a leitura por parte dos organismos que acabam por definir aqueles que são os raios de ação. Ou seja, tendo em conta estas questões, tendo em conta aquele que é o tratamento na origem, que nós também vamos apostar e que também já foi anunciada, essa questão do tratamento na origem, vulgo compostagem, que

também já foi aqui referida várias vezes, porque há muita condição para se fazer compostagem no nosso território, para valorizar o composto resultante.

Temos ainda, sem dúvida alguma, que criar resposta de proximidade. Tem que existir, efetivamente, como o deputado André Guimarães referiu, a resposta de contentores de proximidade, ela tem que existir. Neste momento, o que nós estamos a aprovar, aquilo que está previsto, que, muito honestamente, houve municípios, a esta data de celebração deste contrato, que já incluíram biorresíduos na recolha. Aqui, Ílhavo, não escolheu fazê-lo. Neste momento, nós temos que estar com esta solução. Se é a ideal? Se era aquilo que desejaria atualmente? Não. Gostaria antes de estar noutra patamar, de partilhar experiências como os colegas de outros municípios partilham. Neste momento nós temos que trabalhar com as ferramentas que temos disponíveis e, do ponto de vista de financiamento, não são assim tão agradáveis quanto isso.

Estamos a dar passos reais muito próximos daquilo que é o exequível, esperando, naturalmente, que esta consciência coletiva nos envolva a todos, porque isso é o mais importante, porque nós temos todos que atingir estas metas. Isto não é uma responsabilidade isolada da A, B, C ou D. Nós todos, enquanto sociedade, em todos os municípios, independentemente de concordar ou não concordar com as metas do PERSU, porque... bem, 2030, 10% indiferenciado para aterro, ok, convenhamos, vai ser, como dizia há pouco a deputada Diana, temos aqui valores irreais. Temos. Temos a vários níveis e começam logo, desde o início, na definição das políticas nacionais. Por isso nós temos que pensar que aquilo que é implementado a nível local nunca se pode dissociar daquilo que é estratégia nacional. Nunca. Por um princípio lógico daquilo que é a própria interpretação da implementação destes sistemas de recolha e daquilo que é o alcance que se pretende. Pronto, penso que está tudo, senhor Presidente. Obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:53':15")

«Muito obrigado. Vou abrir a segunda ronda de inscrições. Unir Para Fazer, inscrições? Pedro Cristo. Do PSD, André Guimarães e a Margarida Alves. Do Chega, o Sérgio Louro. E do PS, há inscrições? A Diana Gandarinho. Muito bem, Pedro Cristo, por favor.»

Pedro Cristo Graça, UPF: (03:53':53")

«Estamos a falar em biorresíduos e sendo este um passo importante, sendo este obrigatório, estando nós neste caminho que esperemos que seja, digamos, o caminho certo, nada disto funciona sem uma consciencialização, conforme dizia a senhora Vereadora, mas não só especificamente na questão dos resíduos, mas na consciencialização global.

E eu identifico que pelo trabalho, se calhar, dos professores do primeiro ciclo, nós verificamos que as próprias crianças vêm para as nossas casas e quase nos obrigam a fazer a seleção dos próprios resíduos, sejam eles quais forem. Foi assim que, e já tenho três, foi assim que, nestas fases, em que todos os meus filhos fizeram, obrigavam-me a fazer a reciclagem, a identificação dos resíduos, sejam os vidros, sejam os outros todos quaisquer, e fazer a separação.

Acontece que ou sou eu um azarado, ou, entretanto, se calhar será mesmo assim, mas quando passam para a fase da adolescência, quem anda atrás deles a tratar da separação somos nós. E identifico isto, não foi só nos três, identifico isto porque acho que na área do terceiro ciclo, podemos pôr as bandeirinhas todas lindas nas escolas, nas ecos, e não sei quantos, falta-nos consciencialização para que as pessoas tenham uma forma diferente de ver a situação.

Eu com os biorresíduos, estou descansado. Tenho umas galinhas muito boas para fazer uns bons ovos e por isso não vou contribuir com nada. Não sei se foi a Diana que já há umas sessões levantou aqui a questão da utilização dos próprios contentores como forma de passar mensagem. Eu, por acaso, não tirei fotografias, mas no caso do Município de Albufeira utilizam os contentores para dizer quando tem monos, quando tem móveis e não sei quantos, telefone para este número. No caso de Oeiras, não me recordo, sei que era para tirar fotografia e mandar, mas não queria andar a chatear, mas utilizam os próprios contentores como mensagem para quando alguém lá vai. Eu vejo, perto da minha casa, perto da quinta, mas perto da zona onde vivo, em que há um vidrão, papelão e um coiso dos plásticos, e o contentor está aberto e estão lá garrafas, estão lá cartões e está lá tudo. É uma questão de consciencialização de todos nós. Mas eu acho que o nosso calcanhar de Aquiles está naquela geração do segundo e terceiro ciclo de que eles vão ser o futuro, são eles que vão pagar todas as despesas no futuro. Era só este comentário. Obrigado.»

André Guimarães, PSD: (03:56':53")

«Antes de mais, eu queria dizer que eu entendo perfeitamente, eu revejo-me em praticamente tudo o que foi a resposta do Executivo, tanto da senhora Vereadora, como do Presidente, porque, de facto, estamos a falar de desafios exigentes. Não vale a pena estarmos aqui com outra conversa que não seja isso. De facto, há muito para fazer na implementação de infraestruturas e há muito para fazer também na sensibilização. Eu recordo-me de uma vez o senhor Presidente João Campolargo dizer aqui, na Assembleia, que ir deitar o saco de lixo doméstico ao fim de semana era problemático. E eu sempre que levo o lixo à rua lembro-me disso e, a partir de agora, nem ao sábado ou ao domingo sai de lixo da minha casa. Portanto, isto é para dizer que às vezes basta dizer assim e lembrar destas coisas, como também basta dizer, e aproveito para dizer, que às vezes no contentor de indiferenciado às vezes podem estar lá garrafas ou podem estar lá plásticos. E se calhar até estão bem. Porque nós aprendemos, eu não tenho filhos, mas quem os tem aprende, que o plástico vai para o amarelo e não sei quê. Se calhar nem todo o plástico pode ir para o amarelo. Eu lembro-me de ir a uma conferência, uma vez, em que diziam que até o saco do arroz de Risoto, por exemplo, não pode ir para a reciclagem. Porquê? Porque tem matéria orgânica que depois não permite fazer a sua reconversão junto do resto do plástico. Isto são particularidades e especificidades que importa irmos sabendo. Dito isto, e sabendo que estamos a falar de desafios importantes, há também que ter um planeamento e há que ter as operações alinhadas. E foi nesse sentido que eu vim aqui fazer estas perguntas inicialmente. Nós estamos a falar de 130 locais, foi o que eu vi na proposta da empresa. Onde é que estão estes locais? Que locais? Percebi que vai ser feita uma recolha de 6 dias por semana. Mas estamos a falar de uma recolha com contentores, estamos a falar de uma recolha porta a porta? A Diana também abordou isto, mas ficámos sem perceber e acho que era importante perceber porque quando se fala com clareza, tal como o senhor Presidente João Campolargo falou com clareza que não devíamos ir levar o lixo ao fim de semana, também, com clareza, acho que é importante nós sabermos porque assim sabemos como é que vamos agir. Todos nós seremos beneficiários deste projeto, que é o projeto possível, e está tudo bem, e depois também podemos é “evangelizar”. Acho que é mesmo para isso que estamos cá. Queria mesmo perceber as operações que estão associadas e o planeamento que também está adstrito a esta operação. Obrigado.»

Margarida Alves, PSD: (04:00':05")

«Sim, vou continuar a falar de uma forma apaixonada, porque se formos monocórdicos não chegamos às pessoas. Isto, às vezes, tem que ser terapia de choque. Eu sou do tempo em que havia vasilhame de garrafa. Porque não voltar a esse tempo? Não era assim tão mau. Não se viam vidros, garrafas, como nós vemos na Avenida José Estevão, na Gafanha da Nazaré, ao fim de semana. Eu também já não deposito lixo ao fim de semana, porque também recordo essas palavras. Mas na segunda-feira de manhã eu abro o contentor e estão grades de cervejas completas, com o cartão, dentro dos contentores. Vazias, pois. Eu sei que nós não educamos, nós não estamos aqui para educar, mas estamos aqui também para exigir à população, da mesma forma que se exige aos autarcas também, que tem que perceber que tem que contribuir. Isto é uma luta de décadas, não é só de anos. Eu apelo, se alguém nos está a ouvir, temos que ver onde é que podemos fazer a denúncia e provavelmente fazer um link de denúncia, para esta situação, no site da Câmara Municipal de Ílhavo, porque é problemático. À segunda-feira é um drama e penso, “eu sei quanto é que eu pago taxa de resíduos sólidos”. E vejo que isto acontece porque se ouve barulho durante a noite, nós sabemos de onde é que isto pode vir e fico muito triste quando eu vejo grades de cervejas, ou outras bebidas, mas é cervejas o que se vê mais, nos caixotes do lixo doméstico. E do outro lado da rua, eu tenho um ecoponto. Isto é um escândalo. Na avenida José Estevão depositam as garrafas com as paletas de cartão. Na Mestre Mónica, que é só dar a curva, é só contornar um prédio, temos um ecoponto, e se andarmos mais um bocadinho, temos outro. Portanto, não é por falta de meios, porque esse trabalho foi feito. Eu acho é que as pessoas também têm que ter consciência que os políticos não podem resolver tudo, todos nós temos contribuir. E ainda bem que nós temos democracia e temos políticos com esta vontade. Isto é muito caro, de facto, Mariana, é muito caro. Nós não sabemos qual é a dimensão disto. Porque é assim, contrato anual renovável, porque nós sabemos o custo vai ser em 2024, até o limite de 8 anos. Não sabemos. O custo energético muda de dia para dia, não é de ano para ano. Nós podemos arranjar os professores xpto... não sabemos. Não há ninguém que saiba quantificar isto, mas uma coisa sabemos: é muito caro e fica mais barato se aplicarmos provavelmente uma política de vasilhame e até de vasilhame para os plásticos, não é? Porque

nós, quando éramos crianças, não havia as garrafas de água, eram garrafas de vidro. E provavelmente a água até sabia melhor, não é? Eu não estou contra a indústria do plástico, mas tem que ser limitado porque o plástico até dos oceanos dá cabo. Sim, e é isto que nós temos que pensar. Não vamos inventar a solução para isto tudo, mas também era bom que quem nos está a ver, o cidadão, o votante, não são só as crianças. Os nossos pais fazem, se calhar, mais reciclagem do que as pessoas da nossa idade. E eles tinham muito o conceito vasilhame. Será possível chegar lá? Eu acho que sim.

Nós, como autarcas, devemos fazer chegar isto a quem de direito. É isto que nós temos de fazer. E vamos dizer, é quase 1.000.000 de euros. Sem vergonha nenhuma, é quase 1.000.000 de euros. Isto é um custo para a autarquia de 1.000.000 de euros. Já viram o que é 1.000.000 de euros?! Onde é que se pode aplicar na ação social, por exemplo, o que se podia ajudar as famílias?! E por lixo?! O Município tem que se sacrificar por quase 1.000.000 de euros. Portanto, todos os autarcas que aqui estão têm esta consciência. Seria bom que quem NOS ouve, quem vota em nós ou quem não vota até, que tivesse também esta consciência.

Além de que este lixo tem sido potenciado porque nós temos um grave defeito. Estamos a ter um aumento exponencial de turismo e isto traz mais lixo, porque, infelizmente, se formos a ver os britânicos atiram lixo para o chão, mas sabem que vai passar um carrinho e limpa o lixo. Nós não temos esses meios, por exemplo. Eles atiram lixo ao chão. Nós, por muitas medidas que tenhamos de caça à beata, existem sempre beatas nas praias. Eu, que sou fumadora, já não me recordo de deitar uma beata no chão, nem na areia. Eu não sou tão nova como isso. Muito obrigada por me ouvirem e por ter sido tão apaixonada.»

Sérgio Louro, CHEGA: (04:06':05")

«Senhor Presidente, quero referir que discordamos completamente no que diz respeito ao modelo de negócio dos lixos. Eu continuo a achar que estas empresas ganham rios de dinheiro. Sugiro que o senhor Presidente dê uma vista de olhos nas contas dessas empresas, que são públicas, para perceber que eu tenho razão.

Segundo, o dinheiro desta Câmara é dinheiro dos contribuintes. Portanto, gastar 1.000.000 de euros para andar a recolher melhor os resíduos que são produzidos pelos restaurantes, já percebemos isso, já fomos elucidados, alto e pára o baile.

E depois será injusto, por exemplo, para quem tem atividades, como as oficinas de automóveis, as pessoas que têm oficinas de automóveis que fazem revisão dos nossos carros - do meu não que a elétrico e não precisa de trocar óleo, ou um deles pelo menos - para os óleos têm que pagar uma entidade para ir lá recolher e processar os óleos. Não estou a entender sinceramente, e acho que os meus colegas também não. Não estamos a entender porque é que este Município vai suportar 1.000.000 de euros para os restaurantes se verem livres dos biorresíduos, quando é responsabilidade deles.

Mais acrescento. Hoje, apeteceu-me comer umas sardinhas e fui comer umas sardinhas, e deixei 20 euros no restaurante. Parece-me, a mim, que a margens praticadas, hoje em dia, são exageradas, não é? Há aqui um grande oportunismo. Quem leva 20 euros por meia dúzia de sardinhas deve ter dinheiro suficiente para pagar a alguém para recolher os biorresíduos. Portanto, penso que a solução é obrigar estas empresas, realmente, a pagarem a uma entidade para recolher. Pode ser até esta entidade a quem o Município está a preparar-se para celebrar este contrato.

De uma vez por todas, sejamos sérios, chega de brincar com o dinheiro dos contribuintes.

Portanto, eu vou votar contra. Incentivo os caros colegas, todos, a votar contra, até esta situação ser refeita e ser novamente apresentada aqui, à Assembleia, de outra forma. Porque não podemos continuar no mesmo registo, ou seja, andamos aqui há dezenas de anos no mesmo registo e quem paga é sempre o Zé Povinho. E o Zé Povinho somos nós.

Portanto, isto tem que terminar. Obrigado.»

Diana Gandarinho, PS: (04:08':42")

«Eu fiquei sem saber se realmente os cinco anos é o tempo do projeto piloto, se vai, depois, ser reconvertido para outro público-alvo, se estes contentores vão estar abertos a toda a comunidade que queira participar. Eu não consegui perceber, não sei se foi explicado e eu é que não percebi ou não captei.

Fala-se muito sobre a consciência coletiva. O que é que cada pessoa devia ter para participar nestas recolhas e para estar preocupada com o ambiente, e para fazer a sua parte e o seu dever como cidadão. Mas também se disse que as pessoas têm cada vez menos preocupação. Acho que até foi o senhor Presidente que disse isso. O que é uma razão para nós implementarmos sistemas diferentes de recolha, diferentes dos sistemas de proximidade.

Nós precisamos de procurar alternativas que estejam baseadas naquilo que a própria investigação diz que é o mais eficaz, que é mexendo, no fundo, na carteira das pessoas. Porque uma recolha porta a porta permite remover da conta geral as taxas gerais da fatura da água e cada pessoa vai ser incentivada a separar para não ter que fazer pagamentos de gestão de resíduos tão grandes e tão avultados. Será uma boa estratégia para mexer, apesar de eu achar que toda a gente devia ter consciência ambiental, será uma boa estratégia para mexer com as pessoas e incentivá-las a fazer a separação.

Perfeito. Vamos desenvolver então a consciência ambiental das pessoas. Então, sim, o que é que nós, políticos, apesar de sabermos que a sociedade tem o dever, o que é que nós, políticos, devemos fazer para desenvolver a consciência ambiental das pessoas? Pessoas que amam a natureza fazem separação de lixo. Não é difícil, mas o que é que nós fazemos para desenvolver a identidade ecológica das pessoas? Nós temos que fazer alguma coisa, não é só ficarmos sentados a discutir para cima e para baixo e para a frente e para trás, que assim está bem e devíamos ter consciência, mas as pessoas também deviam praticar a reciclagem. Mas nós é que temos que encontrar as soluções e implementá-las. Estamos à espera que sejam as pessoas que, por magia, resolvam os problemas? Para isso, não precisam de políticos.

Eu gostava de ter mesmo mais informações sobre esta componente dos cinco anos. Acho que faz sentido para perceber.

Acho que ainda vou adicionar mais um ponto. Aproveito que tenho tempo. Do que eu tomei conhecimento, junto do vereador do Partido Socialista, as metas que foram estabelecidas em reunião de Câmara, em relação à gestão de resíduos urbanos, não contemplavam mais nenhuma forma de gestão de biorresíduos. Tinha sobre resíduos verdes, se não estou em erro, mas não tinha mais nenhuma forma de gestão de biorresíduos. Não falava de compostagem, apesar da senhora Vereadora ter dito que a compostagem em casa ia ser valorizada e que iam trabalhar nisso. Eu não tenho conhecimento de que essas metas tenham sido estabelecidas no que foi assinado em reunião de Câmara. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:12:01")

«Muito obrigado, Diana. Senhor Presidente.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (04:12:06")

«Eu, há bocado, esqueci-me de dizer que as praias do Município de Ílhavo também, pela Quercus, vão ter galardão de ouro. E a senhora, hoje, também o merece porque teve uma atitude muito correta e consciência perfeita, acredito, quando diz “muito bem, temos que mexer no bolso das pessoas”. Olhe, não me deixaram. Chumbaram três vezes a minha proposta. Teve que ir a consenso. E muito bem e está do lado do PS, a senhora. Penso eu. Muito bem, então vou lhe indicar aqui algumas coisas que são...

Da Assembleia Municipal

Diana Gandarinho, PS: (04:12:50")

«O senhor Presidente pode ver isso como ir ao bolso às pessoas e uma espécie de castigo, mas eu vejo como uma espécie de recompensa para quem faz a separação e um incentivo para quem não a faz. Muito obrigado.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (04:13:09")

«portanto... se não tiver acesso, ou se o seu Vereador não lhe mandou, eu vou lhe mandar as propostas para a senhora ler, que é para perceber que não fizemos nada contrariamente àquilo que a senhora possa estar a pensar. Terei, com toda a justiça, de lhe enviar os documentos, relativamente a isso.

Gostaria de deixar uma nota nesta Assembleia relativamente às faturas que nós temos vindo a receber da SUMA e da ERSUC, de janeiro a abril, que foram no valor de 1.142.762 euros. E aquilo que recebemos de cobrança da AdRA, em termos da RSU e taxa de resíduos, foi de 573.668 euros. Portanto, o senhor Sérgio tem razão, paga Zé Povinho. Se não pagas de uma forma, pagas de outra, se a Câmara não tiver hipótese fazer investimentos.

Portanto, esta Assembleia vai tomando aqui as suas razões. Até já hoje ouvi que deixa cá o dinheiro que nós tratamos depois. Nós vamos ver isso tudo no final. A senhora Vereadora já anunciou aqui algumas coisas, há muito trabalho que deveria estar feito e não está feito. Nós andamos a correr atrás do prejuízo e vai-nos custar muito mais caro do que se o tivéssemos feito na hora certa. Mas o povo, penso, vai reconhecendo isso aos poucos.

Vou deixar sempre a parte técnica para os técnicos, como é evidente, e para aqueles que têm o pelouro.

E deixar uma nota importante também da nossa preocupação ambiental todos os dias. A Câmara Municipal, nas suas viaturas todas, passou a dispor, neste momento, de uma gama de ecodiesel. Portanto, deixamos de utilizar os tradicionais combustíveis e passamos a usar um ecodiesel. Todas as nossas viaturas, neste momento, vão circular com ecodiesel.

Também informar que a Câmara Municipal nas suas despesas anuais gasta, e este ano já pagou, 993.75 euros para recolher todo o óleo usado nos oleões que estão na rua.

E quanto mais as pessoas utilizarem, mais nós ficamos satisfeitos.

Depois do processo piloto, em 2019, pelos meus colegas do anterior Executivo, nós reforçamos com mais quantidade, mais equipamentos, pagamos muito mais, porque o projeto piloto teve os seus efeitos e hoje continuamos a trabalhar e a pagar essa fatura, que é ótima para nós todos e que deveria ser mais compensada com aquilo que nós separamos, como a Margarida, disse e bem.

Também a nota que eu queria passar, há bocado, ao André. Dizer-lhe, André, que o Município de Ílhavo, neste momento, este ano já ativou mais dois ecopontos, dos cinco que adquirimos. Temos a informação, que a ERSUC vai colocar mais ecopontos no Município de Ílhavo. Neste caso, a rede, senhora Vereadora, se me permite, são 231 ecopontos no município, digo-lhe e 1.810 contentores de RSU no Município de Ílhavo.

Portanto, não vejo razões para estarmos aqui muito irritados com isso, é mesmo pormos todos a mão na massa. Trabalharmos no sentido em que as pessoas trabalhem, como o senhor disse e bem, na separação.

Pedro também não concordo que passa só pelas escolas este processo. Os professores fazem um trabalho muito giro. É natural que possas pensar dessa forma, porque temos os comportamentos em casa e temos que os corrigir, mas acho que cabe a cada um de nós exigir este processo a todos os nossos amigos, a todas as pessoas com quem partilhamos. Eu próprio, vou-te dizer e vou repetir, há meia dúzia de semanas - e era ótimo que esse meu amigo estivesse a ver também a transmissão, mas se calhar não o faz - disse-lhe mesmo "vens agora ao contentor comigo ver o serviço que fizeste, porque eu não posso acreditar que meteste o cartão e a caixa das cervejas vazias no contentor quando o ecoponto está aqui, a 55 ou 60 metros. Fazes como eu, compras um contentor verde ou amarelo, metes lá tudo e depois no dia em que puderes vais lá separar". É com estas atitudes que acho que nós todos podemos salvar esta casa comum, onde todos nós estamos.

Também deixar-vos algumas notas interessantes que dependem muito mais de nós. Temos feito isso na iluminação pública. O trabalho que foi feito na Câmara Municipal de Ílhavo começa a dar os seus resultados, financeiramente. O que é ótimo. Deixámos também de utilizar lâmpadas tão poluentes para termos aquilo que são os resultados das novas luminárias de LED e, portanto, continuamos a pagar os contratos que foram assumidos, mas temos, neste momento, uma baixa significativa nos valores. Nos consumos ainda não mexemos, mas gostaríamos também de fazer investimentos nessa área.

E face ao custo dos combustíveis e de eletricidade, vou-vos só dizer que, no ano passado, por esta data, representavam quase meio milhão de euros. Este ano estamos com 150.000 euros. Portanto, há aqui um resultado muito importante que temos vindo a fazer, não só pelas negociações que os nossos técnicos têm feito, mas também por algum registo que vamos tentando em algumas baixas desses consumos.

Na água - é preocupante - mas tomamos a decisão de se deixar os nossos jardins, diria senhora Vereador, a seco durante um período mais longo de tempo.

Respondendo ao senhor Presidente da Junta, poderia ter feito o trabalho por nós quando viu que os jardins, ou telefonado ao senhor Presidente ou ao senhor Vereador, em vez de vir para aqui fazer um drama e que cortaram à roçadora. É mais simples nós colaborarmos do que propriamente apontarmos o dedo a quem quer que seja. Portanto, podia ter cortado com a sua própria máquina e com a sua roçadora e depois chamava-nos lá "pá, consigo fazer este trabalho. Olha aqui, impecável. Falei com vocês. Correu bem". Tinha-lhe ficado bem. Não o fizemos porque temos realmente um fluxo de agendas de trabalho e falta de pessoal, e não conseguimos. Com as 3 semanas, se fizer a leitura, com a adubação que fizemos tardia e com as 3 semanas que tivemos de chuva, deparámo-nos com este panorama. Penso que se os nossos colaboradores o fizeram e o assumiram, estão todos cortados à data de hoje. Pelo menos os que estavam mais preocupantes. E vamos corrigindo o erro, posteriormente. Mas ficam estas notas também para a Assembleia conhecer o trabalho que vai sendo feito pelos nossos técnicos e por nós do acompanhamento da receita e das despesas e também com uma nota importante que não ficaremos com saldos brutais, cumpriremos com os nossos objetivos. A senhora Vereadora tem a última palavra, muito obrigado.»

Vereadora do Executivo, Mariana Ramos: (04:19:43")

«Relativamente aos locais, já percebemos que são efetivamente grandes produtores. Ou seja, é o Canal Eureka, são cantinas de instituições, neste caso IPSS e de outras instituições. Relativamente à frequência da recolha, e isto par eu tentar responder claramente a todas as questões que foram colocadas. É impensável arrancar com um sistema destes sem prever uma frequência praticamente diária, neste caso são 6 dias. Isto porque, com certeza saberão, a fermentação que ocorre no imediato, relativamente a estes resíduos. O que provoca logo esta questão associada ao nojo e à repulsa de muita gente em querer contribuir para este processo. É importante que todos falemos abertamente sobre isto. Porque, positivamente, vamos poder trabalhar com a sistema de saco, mas muitas entidades não o conseguem fazer. Para terem uma noção, o saco é um contaminante. Nós vamos conseguir trabalhar com saco porque se não conseguíssemos trabalhar com saco, eu tinha a certeza que isto ia ser fracasso total, porque praias, restauração e até mesmo doméstico sem saco iria ser mesmo muito mau. Temos que ser realistas.

Relativamente à questão do piloto, há uma mensagem que eu tenho que deixar que é: um modelo destes nunca poderá ser um modelo final. Nunca poderá ser numa fase de arranque assumirmos que isto vai decorrer exatamente da mesma forma no primeiro ano, segundo ano terceiro ano. Nós não conseguimos prever. Até porque não vamos perceber antes de começar qual é que vai ser a adesão, quais é que vão ser as quantidades efetivas, qual é que vai ser a taxa de contaminação. O que é que está aqui em causa relativamente aos resíduos. Estes modelos nunca são fechados, por isso a questão do porta a porta. E porque é que não se abordam outros mecanismos? Esta semana eu estive presente numa conferência e trouxe lá uma expressão extraordinária relativamente ao porta à porta. Nós preocupamos efetivamente com esta pegada, não é? E com o impacto dos nossos consumos. E depois estamos exatamente a separar porta a porta e estão os carros a transportar ar. E isto foi dito por uma das empresas que presta exatamente um serviço destes. E este foi um alerta que eu recebi de imediato quando começámos a desenhar o modelo, ou os vários modelos, porque nós temos uma situação híbrida no nosso território. Temos que aceitar ter várias formas de recolha e de tratamento. E esta foi a mensagem que eu trouxe. Foi a mais gritante. "Andamos a transportar ar". Por isso nem sempre a solução que nos parece a mais evidente é aquela que se aplica à nossa realidade. Ouvir Municípios com outro tipo de situações do ponto de vista demográfica e do ponto de vista de planeamento, ordenamento e a forma como a própria sociedade está organizada, não há comparação possível. E nós temos que perceber que temos aqui várias camadas que temos que abordar, cada uma a seu tempo, de uma forma séria, cada uma delas com objetivos muito práticos.

Relativamente à compostagem, aquilo que posso dizer é: é uma obrigação. Nós temos obrigação de fazer tratamento na origem.

Penso que que respondi a tudo de uma forma muito concreta, sem utilizar muitas figuras de estilo e com expressões muito terra a terra. Muito obrigada, senhor Presidente.»

Presidente do Executivo, João Campolargo: (04:24:17")

«Queria deixar uma nota também.

Deixar o convite à participação em todas as atividades que irão decorrer este Verão. Deixo convite a todos. Estarei em parte delas, não a tempo inteiro, mas estarei em parte delas e terei gosto de partilhar esses momentos com vocês. Portanto, fica aqui o convite para começarem já este fim de semana com o Mariato, na Costa nova e na Barra. Depois seguirem até ao Festival da Sardinha, a festa da Vista Alegre, a festa da Coutada. E todas essas festas tradicionais. Também toda a atividade das nossas Juntas de Freguesia e das restantes associações. E, portanto, tinha todo o gosto em que vocês estivessem presentes. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:25:17")

«Muito obrigado, senhor Presidente.

Concluídas as intervenções, vou colocar à votação ao ponto 2 da ordem do dia. Quem vota contra? Que se abstém?

A prestação de serviço para recolha, transporte e destino final adequado de resíduos urbanos, fornecimento, manutenção e lavagem de equipamentos, limpeza pública e gestão do Ecocentro no Município de Ílhavo - serviços imprevisíveis, foi aprovada por maioria, com um voto contra e uma abstenção. Muito bem, muito obrigado.»

Conclusão

Ata em Minuta

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:26:02")

«Antes de encerrarmos a sessão, peço ao nosso primeiro Secretário que leia até minuta para que sirva de suporte legal e prova factual para a elaboração do edital com as deliberações.»

1.º Secretário da Mesa, Pedro Tróia: (04:26:16")

«Feita a leitura, o Presidente da Mesa colocou a Ata à votação.
Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.»

Depois de lida a **Ata em Minuta**, submetida à votação, **foi aprovada por unanimidade**, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da presente ata. (04:27:45")

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:27:50")

«Muito bem. Meus Senhores, muito obrigado. Boas férias. Bom regresso a casa. Bom fim de semana. Obrigado a todos. Boa noite.»

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. Eram 01:28 do dia 1 de julho.

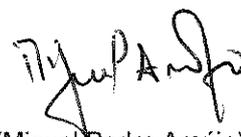
Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Miguel Pedro Araújo, técnico municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,



(Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos)

O Técnico Redator



(Miguel Pedro Araújo)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Serve o presente documento como prova de registo de presenças na Sessão Ordinária de Junho, realizada a 30 de junho de 2023, no Salão Nobre dos Paços do Município.

Sessão Ordinária de Junho Reunião de 30JUN2023

Nome	Grupo	Falta	Presença
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
GRUPO MUNICIPAL PSD			
Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos Santos			X
Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário			
António José Flor Agostinho			X
André Filipe Casqueira Guimarães			X
Irene Maria Ribau Esteves Tavares			X
Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves			X
Sara Marina Tomé Fernandes	substitui (365 dias)		
Carlos António das Neves Rocha	JFGN		
Augusto Manuel da Rocha da Silva	JFGE		X
Luis Carlos Cardoso Diamantino	JFGC		X
Hugo Filipe Casqueira Coelho	suspensão 365 dias		
Pedro Labrincha da Rosa Novo	PERDA DE MANDATO		
GRUPO MUNICIPAL UPF			
José Manuel Figueiredo Pinto Reis			X
Ana Raquel Gomes São Marcos Simões			X
Pedro Miguel Cristo Graça			X
Ernesto Manuel Vidal Garrelhas			X
Cláudia Cristina Fernandes Reigota			
Daniela Ribeiro Alegria			X
Mariana Silva Lopes	(substitui 365 dias)		X
João Eduardo Bonito Braga	JFSS		X
João Pedro Ribau Casqueira	suspensão 365 dias (28ABR2023)		
GRUPO MUNICIPAL PS			
Pedro José Catarino Senos Tróia			X
Luis Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo			X
António Pedro Oliveira Martins			X
Diana Catarina Anastácio Gandarinho			X
Domingos Manuel Ferreira Vilarinho			X
Modesto Manuel dos Santos			
Sara Daniela Silva Pinho	RENÚNCIA DE MANDATO		
GRUPO MUNICIPAL CHEGA			
Sérgio Louro			X

EXECUTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
João António Filipe Campolargo	Presidente		X
Assunção Mariana Carlos Ramos	Vereador		X
João Diogo da Silva Semedo	Vereadora		X
Maria de Fátima Fragoso Teles	Vereadora		X
Tiago Manuel Morais Lourenço	Vereador		X
Paulo Sérgio Ferreira Nunes	Vereador		X
Sérgio Manuel de Jesus Lopes	Vereador (365 dias)		X
SUBSTITUIÇÕES			
Ricardo Daniel Ramos Mendes substitui Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário			X
Sónia Alexandra Fernandes Gomes substitui Modesto Manuel dos Santos			X
Rui Manuel da Rocha Rufino substitui Cláudia Cristina Fernandes Reigota			X

Jose Anuras substitui Carlos Antonio Rocha ←

Renúncia de Mandato: Sara Daniela Silva Pinho (PS)

Perda de Mandato (15 abril 2023): Pedro Labrincha da Rosa Novo (PSD)

Mandato suspenso (365 dias a partir de 25 novembro 2022): Hugo Filipe Casqueira Coelho (PSD)

Mandato suspenso (365 dias a partir de 28 abril 2023): João Pedro Ribau Casqueira (UPF)

Ílhavo, 30 de junho de 2023

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

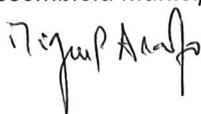


Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

Confirmadas as presenças que serão vertidas na respetiva Ata.

Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal

Miguel Pedro Araújo





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

ACTA EM MINUTA DA
SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO
(reunião de 30 de junho de 2023)

Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, em Ílhavo, em Sessão Ordinária, para apreciação e votação dos seguintes pontos:

Aprovação das Atas n.º 17, n.º 18 e n.º 19, referentes às três reuniões da Sessão Ordinária de Abril de 2023. As Atas foram aprovadas por **Unanimidade**.

Ponto 1. "Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 16MAR2023 a 31MAI2023". A comunicação foi *Apreciada*.

Ponto 2. "Prestação de serviços para recolha e transporte a destino final adequado de Resíduos Urbanos, fornecimento, manutenção e lavagem de equipamento, limpeza pública e gestão do Ecocentro no Município de Ílhavo - Serviços imprevisíveis".

O ponto foi **Aprovado**, por **Maioria**, com 23 votos a favor (9 PSD, 8 UPF, 6 PS), 0 abstenções e com 1 voto contra (1 CHEGA).

Feita a leitura, o Presidente da Mesa colocou à deliberação da Assembleia a aprovação em minuta da ata da reunião de 30 de junho de 2023, respeitante à Sessão Ordinária de Junho, sendo a mesma aprovada por: **UNANIMIDADE**.

O Presidente da Assembleia Municipal

Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

O redator

Miguel Pedro Araújo